

PROJETO PARA UM BRASIL NOVO



Cadernos SBPC

EDIÇÃO 2022

Cadernos SBPC

EDIÇÃO 2022

PROJETO PARA UM BRASIL NOVO

JULHO DE 2022

Diretoria da SBPC (2021–2023)

Presidente: Renato Janine Ribeiro
Vice-presidentes: Fernanda Antônia da Fonseca Sobral
e Paulo Eduardo Artaxo Netto
Secretária-geral: Claudia Linhares Sales
Secretárias: Miriam Pillar Grossi, Laila Salmen Espíndola
e Francilene Procópio Garcia
Primeira tesoureira: Marimélia Porcionatto
Segunda Tesoureira: Ana Tereza Ribeiro de Vasconcelos

Seminários Temáticos

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Coordenadora: Francilene Procópio Garcia (SBPC/UFPE)
Participantes: Glauco Arbix (USP), Lúcia Melo (Fundação Joaquim Nabuco),
Ildéu de Castro Moreira (SBPC/UFRJ) e Helena Nader (ABC/Unifesp)

EDUCAÇÃO BÁSICA

Coordenadora: Marta Feijó Barroso (SBPC/UFRJ)
Participantes: Maria Beatriz Luce (UFRGS/Anped), José Francisco Soares (UFMG),
Anderson Gomes (UFPE/SBPC), e Helena Singer (Ashoka América Latina)

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Coordenador: Carlos Alexandre Netto (UFRGS)
Participantes: Luiz Bevilacqua (UFRJ), Marcelo Knobel (Unicamp),
Naomar Monteiro de Almeida Filho (UFBA), e Sandra Goulart Almeida (UFMG)

PÓS-GRADUAÇÃO

Coordenadora: Sônia Bao (SBPC–DF/UnB)
Participantes: Connie McManus (UnB), Jorge Luís Nicolas Audy (PUCRS),
Reinaldo Ramos de Carvalho (Universidade Cruzeiro do Sul), Robert Verhine (UFBA),
e Simon Schwartzman (ABC)

SAÚDE

Coordenadora: Lígia Bahia (SBPC/UFRJ)
Participantes: Carlos Gadelha (Fiocruz), Gonzalo Vecina Neto (USP),
Romulo Paes (UFMG), e Rosana Teresa Onocko Campos (Abrasco)

MEIO-AMBIENTE

Coordenadora: Luciana Gomes Barbosa (GT–SBPC /UFPB)
Participantes: José Rubens Morato Leite (UFSC),
Maria Sílvia Muiylaert de Araújo (Coppe/UFRJ), e Larissa Bombardi (USP)

DIREITOS HUMANOS

Coordenador: Luiz Eduardo Bento de Mello Soares (UFRJ)
Participantes: Andréa Zhouri (UFMG), Denise Dourado Dora (Article 19),
e Matilde Ribeiro (Unilab)

SEGURANÇA PÚBLICA

Coordenador: Renato Sergio de Lima (Fórum de Segurança Pública/FGV/SP)
Participantes: Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB), Flavia Medeiros Santos (UFSC),
Jacqueline de Oliveira Muniz (UFF) e José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)

DIVERSIDADE DE GÊNERO E RAÇA

Coordenadora: Maria Filomena Gregori (Unicamp)
Participantes: Cleber Santos Vieira (Unifesp/ABPN), Joana Maria Pedro (UFSC),
Joziléia Daniza Jagso Kaingang (Articulação dos Povos Indígenas do Sul),
e Nilma Lino Gomes (UFMG)

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Coordenador: Paulo Artaxo (SBPC/USP)
Participantes: Carlos Nobre (Inpe), Moacyr Araújo (UFPE),
Suzana Kahn Ribeiro (Coppe/UFRJ), e Thelma Krug (IPCC)

CULTURA

Coordenador: Renato Janine Ribeiro (SBPC/USP)
Participantes: Ana de Hollanda (Cantora e ex-ministra da Cultura),
Danilo Miranda (Sesc-SP), Juca Ferreira (ex-ministro da Cultura),
e Paulo Linhares (CDMAC/UFC)

FUTURO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Coordenadora: Laila Salmen Espindola (SBPC/UnB)
Participantes: Adalberto Luis Val (INPA), Clarilza Prado (PUC-SP), Flávia Calé (ANPG),
Francisco de Assis Mendonça (UFPR), Augusto Aschrank (UFRGS),
e Virgílio Almeida (UFMG)

QUESTÃO INDÍGENA

Coordenadora: Maria Manuela Carneiro da Cunha (UChicago/USP)
Participantes: Ana Lúcia de Moura Pontes (Fiocruz), Fabrício Amorim (COIAB/Opi),
e Gersem Baniwa (UnB)

*Agradecemos a todos os participantes dos Grupos de Trabalho da SBPC
e dos Seminários Temáticos que contribuíram para a produção deste material.*

Todos os seminários estão disponíveis no Canal da SBPC no YouTube:

youtube.com/canalSBPC



Publicação

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Rua Maria Antonia, 294 – 4º andar – Vila Buarque – 01222-010 São Paulo – SP – Brasil

Tel.: (11) 3259.2766

<http://portal.sbpnet.org.br>

Redes Sociais



@SBPCnet

Projeto editorial e edição de textos

Fernanda Sobral

Daniela Klebis

Colaboração

Carlos Henrique Santos

Janes Rocha

Rafael Revadam

Vivian Costa

Arte e Diagramação

Fernanda Pestana

(Verdesign Comunicação Visual Ltda)

Impressão

Positiva Gráfica e Editora

VENDA PROIBIDA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PELA
SOCIEDADE BRASILEIRA PELO PROGRESSO DA CIÊNCIA

APRESENTAÇÃO

A SBPC cumpre mais uma vez a sua tradição nestes 74 anos de lutas históricas pela ciência, educação, meio ambiente, saúde e direitos sociais. Desta vez, em função das próximas eleições, em outubro de 2022, a SBPC organizou uma série de debates com especialistas de diferentes áreas de conhecimento e de diferentes atuações profissionais, visando elaborar um documento com diretrizes e propostas de políticas a ser entregue aos candidatos ao Legislativo e ao Executivo, durante a 74ª Reunião Anual da SBPC. O objetivo é exigir dos atores que desejam ingressar ou permanecer no cenário político após as eleições de 2022 o comprometimento com essas pautas, por meio da assinatura dos candidatos.

Este ciclo de debates que deu origem ao presente documento se intitulou “Projeto Brasil Novo” e tratou de doze temas de grande relevância no contexto atual do nosso país que devem estar inseridos na construção, consolidação e fortalecimento da democracia e na necessidade de inclusão social. Os temas debatidos para esse projeto foram: “Ciência, Tecnologia e Inovação”, “Educação básica”, “Educação superior”, “Pós-graduação”; “Saúde”, “Meio Ambiente”, “Direitos Humanos”, “Segurança Pública”, “Diversidade de gênero e raça”, “Mudanças climáticas”, “Cultura” e “Questão indígena”.

Os participantes apontaram a necessidade de aumento do orçamento público para CT&I diante das tesouradas orçamentárias cada vez mais profundas, que têm levado o setor ao colapso, como também alternativas de financiamento. E defenderam uma Educação Básica de qualidade, democrática, inclusiva e equitativa como base fundamental para o progresso da ciência e o desenvolvimento do País. Conforme ressaltaram os debatedores, não há como pensar em um Brasil melhor sem investimento em educação em todos os seus níveis, do básico ao ensino superior e ao doutorado e, para isso, é urgente que tenhamos uma política pública de Estado e não de governo. Mais que isso, um comprometimento da sociedade e não apenas dos poderes constituídos, que é onde tem lugar a SBPC, entidade da sociedade civil que é o braço político, mas não partidário, da comunidade científica brasileira, com suas mais de 170 sociedades científicas afiliadas. Entre estes projetos, é necessário que os investimentos reforcem e estimulem o tripé ciência básica-tecnologia-produção industrial, bem como incentivar e fortalecer a comunicação científica com a sociedade.

O desenvolvimento da CT&I caminha com outros setores primordiais para a dignidade e bem-estar social, como a saúde, cujas desigualdades na cobertura para a população foram apontadas como um dos maiores desafios para o País hoje. Investimentos em ciência também se relacionam com problemas ambientais e a busca para conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e os direitos humanos. É necessário um conjunto de políticas públicas que envolvam a preservação da Amazônia, o reconhecimento e proteção ambiental dos oceanos e zonas costeiras.

A demarcação de terras indígenas, o respeito pelos povos tradicionais, o extrativismo predatório são, especialmente, temas que precisam de atenção urgente no País. É urgente a inclusão da população indígena na construção das políticas públicas do País.

Também urge encarmos o racismo e as desigualdades de gênero, conforme foi apontado na sessão que tratou dos Direitos Humanos. Somos um país que não oferece segurança pública aos grupos mais vulneráveis, daí destacarmos aqui neste documento, também, a importância de políticas governamentais de segurança baseadas em evidências serem tratadas como direito fundamental de nossa sociedade, de forma justa e igualitária. Isso inclui salvaguardar as políticas afirmativas, que vêm sofrendo ameaças constantes.

Não podemos esquecer o aquecimento global: caso ele não seja limitado e, mais que isso, revertido, muitas das cidades de nosso litoral poderão ser submergidas pelas águas do mar antes do final do século, entre elas as duas primeiras capitais, Salvador e Rio de Janeiro, mas muitas outras. Aceitaremos isso? Ou precisamos defender o meio ambiente enquanto é tempo de evitar a tragédia anunciada?

Um Brasil Novo é ainda um país que preserva e incentiva a sua cultura. E recriar o Ministério da Cultura e recuperar as políticas de incentivo às artes são caminhos urgentes para a retomada do País a partir de 2023, como apontamos no capítulo dedicado à cultura.

A SBPC tem travado uma batalha constante na defesa de muitas das questões aqui apontadas, mas este documento pretende não ficar apenas na batalha do presente, porém pensar em um futuro melhor para nosso país. O futuro nos pertence, mas precisamos construí-lo, com nosso conhecimento e nossa força, e com o comprometimento das forças políticas.

O conjunto de propostas deste documento estrutura-se dentro do ideário de um Estado Democrático e de Direito. Portanto, o compromisso dos candidatos que precede todos os demais é a defesa intransigente da Democracia e de suas instituições e processos guardiões, bem como a Defesa da Constituição Cidadã de 1988, o que implica na luta pela revogação de quaisquer emendas constitucionais que ferem os seus pilares.

SÚMULA

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O desenvolvimento científico e tecnológico é um dos pilares centrais de uma economia sustentável e moderna, que reduza as desigualdades sociais e traga prosperidade ao nosso país. Esse desenvolvimento deve guiar-se pelo atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e deve ser estruturado como uma política de Estado. O estabelecimento dessa política deve ter a Educação como pilar.

A EC nº 95 (15 de dezembro de 2016), que completará seis anos desde a sua aprovação, tem ocasionado graves efeitos sobre a sociedade, em especial às políticas públicas com impactos nas áreas sociais, tais como a Educação e a Saúde. Logo, a reconstrução do País passa inexoravelmente pela revogação da EC nº 95.

Por outro lado, a política de Estado de CT&I, não pode prescindir da obediência estrita aos preceitos constitucionais, que ditam:

- que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação;
- que o Estado assegurará o tratamento prioritário à pesquisa básica, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação;
- que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- que o Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho;
- que o Estado apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de

remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho;

- que o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.

Logo, para a reconstrução do País, é necessário:

- Garantir que toda a legislação de formulação do Sistema Nacional de CT&I e da política de CT&I seja pautada pelos preceitos constitucionais acima citados;
- Que haja recomposição e ampliação do investimento público em CT&I, tendo como parâmetro mínimo valores orçados e executados entre 2010 e 2015. Precisamos alcançar, pelo menos, 2% do PIB em investimentos orientados à P&D;
- Que haja uma blindagem efetiva do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com garantia de aplicação integral de seus recursos para a sua finalidade primeira, considerando a destinação de 15% para recursos reembolsáveis;
- Buscar alternativas de financiamento de baixo custo fiscal, tais como a criação de Fundo Social, redimensionamento de Fundos Constitucionais, novas estratégias para Compras públicas, uso Fundos Público-Privados, de Finanças híbridas e Fundos filantrópicos;
- Reestruturar e empoderar o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), atribuindo-lhe poder para a definição das estratégias de CT&I do País, inclusive na articulação dos investimentos em ciência de todos os ministérios. Todos os ministérios precisam viabilizar investimentos em Ciência;
- Que seja garantida a participação dos Estados e Municípios na discussão de objetivos e políticas de CT&I, com papel a desempenhar no fomento, na formação de recursos humanos e na articulação e integração de agentes locais e nacionais para o cumprimento desses objetivos e implementação dessas políticas;

- Que seja organizada em 2024 uma nova Conferência Nacional de CT&I, a fim de formular um pacto com a sociedade – sinalizar para todos para onde a nossa Ciência está caminhando e mapear áreas estratégicas de investimentos – onde o Brasil pode ser uma liderança;
- Eliminar a instabilidade e a imprevisibilidade ao sistema de CT&I, além de expandir as modalidades de pesquisa, de programas e de instrumentos de modo a aumentar a diversificação de todo o sistema de CT&I, com introdução de novas metodologias e lógicas para a definição de objetivos, desenvolvimento de projetos e de avaliação, a exemplo de políticas e instituições orientadas por missão;
- Criar mecanismos de coordenação das ações das agências financiadoras para evitar dispersão de esforços e pulverização de recursos;
- Que seja garantida a inclusão de todos os setores da sociedade, mobilizando todas as sociedades científicas na construção do projeto de reconstrução.

EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação deve ser pública, gratuita e de qualidade. Além disso, laica, democrática em sua forma e em sua construção, universal e inclusiva, contrária a todas as formas de discriminação e preconceitos. O seu foco deve ser a aprendizagem e o desenvolvimento pleno do estudante. Para tanto, é necessário:

- Enfrentar as desigualdades sociais, que se repercutem e perpetuam no acesso desigual à educação de qualidade;
- Que a educação pública de qualidade seja um direito garantido a todos;
- Uma educação que promova a liberdade, a consciência e a cidadania;
- Que o Estado garanta recursos, crie e viabilize, sob sua coordenação, políticas públicas e normas;
- Definir os aprendizados necessários para o estudante e promover uma formação inicial adequada ao século XXI, e formação continuada;
- Diminuir as distâncias entre o ensino privado e o público;

- Incluir a Educação Básica nos debates sobre ciência, tecnologia e inovação;
- Valorizar os professores e profissionais da educação, com adoção de regime de tempo integral, plano de carreira, remuneração e condições de trabalho adequadas;
- Estabelecer processos de formação e escolha dos gestores educacionais;
- Reabrir a discussão sobre as bases curriculares;
- Promover uma educação antirracista e sem preconceitos ou discriminação de gênero e orientação sexual;
- Valorizar a escola básica como produtora de conhecimento e inovação e incentivar sua conexão com o território e a comunidade em que se localiza;
- Promover a discussão coletiva e democrática do novo Plano Nacional de Educação, e a consolidação de um Sistema Nacional de Educação.

Há, além de todos esses pontos, uma tarefa imediata e fundamental: construir um projeto emergencial de recuperação das aprendizagens das crianças e jovens no país, causados pelos efeitos da pandemia nos ambientes educacionais. Em particular, promover um mutirão educacional pela alfabetização com qualidade de todas as crianças e jovens. A alfabetização se tornou de novo uma prioridade na medida em que uma geração deixou de ser alfabetizada com a pandemia.

ENSINO SUPERIOR

É senso comum a vital importância das instituições de educação superior para o desenvolvimento social, cultural, tecnológico, econômico e democrático das nações, tanto pela formação dos cidadãos, como pela elaboração de conhecimentos e saberes. Uma política de Estado para o ensino superior deve ser construída em diálogo com as universidades, onde não pode haver graduação de segunda linha, ou garantia de qualidade apenas para uma elite. É preciso promover uma formação cidadã, humanista e profissional – para o presente e o futuro. Além disso,

dado que é nas universidades que 90% da pesquisa científica no País é produzida, as políticas públicas e principalmente as leis devem garantir a viabilidade, a continuidade e a excelência dessas pesquisas e de seus pesquisadores. Também é necessário:

- Que a Educação, em todos os níveis, seja tratada como política de Estado, que garanta o seu financiamento adequado, com veto a qualquer contingenciamento ou bloqueio;
- Que a política de Estado garanta inclusão e diminuição das desigualdades, expansão e urgente ampliação do acesso às universidades, com reforço da assistência estudantil, reserva de vagas para egressos do ensino público e para negros, pardos e indígenas (cotas para ingresso), e assistência estudantil para permanência;
- Que a política de Estado garanta a autonomia institucional plena às universidades públicas, em atendimento à Constituição Federal;
- Que haja compromisso com a qualidade do Ensino Superior e que esta seja indissociável de sua expansão e equidade, com as devidas revisões das instâncias de avaliação;
- Promover uma formação cidadã, humanista e profissional – para o presente e o futuro –, o pensamento crítico, e o valor da ciência para todos, tanto em IES públicas, como privadas.
- Regular o sistema privado de Ensino Superior, posto que educação não é mercadoria;
- Flexibilizar os modelos de formação, com compromisso social e reforço das parcerias acadêmicas, adequando o sistema de ensino superior às demandas do mundo moderno e ampliando os modelos transversais de formação, com foco na interdisciplinaridade;
- Estimular a cooperação e integração entre instituições nacionais, estabelecendo redes nacionais de pesquisa;
- Revalorização das Ciências Humanas e da formação de professores, onde a formação de professores deve ser o eixo da revalorização. Essa revalorização enseja a renovação pedagógica do ensino superior com consequente transformação e recuperação da combalida escola básica.

PÓS-GRADUAÇÃO

A promoção do desenvolvimento nacional e da sociedade brasileira, e das condições de vida do brasileiro deve ser o sentido do conhecimento efetivamente introduzido na academia brasileira. A pós-graduação não pode se afastar da graduação e nem das demandas da sociedade. É preciso reconhecer a diversidade do sistema como um aspecto positivo e estimular a coparticipação de atores de diferentes instituições. Além dos seus objetivos óbvios de formação de pessoal altamente qualificado para o ensino superior e básico, bem como para empresas, tem-se que, como já foi mencionado, 90% da pesquisa científica no País é produzida nas universidades, mais especificamente no seio das pós-graduações. Essa produção científica faz com que as universidades sejam os maiores depositantes de patentes no Brasil. É preciso insistir que as políticas públicas e principalmente as leis garantam a viabilidade, a continuidade e a excelência das pesquisas lá realizadas e de seus pesquisadores.

Nenhuma área do conhecimento, sozinha, poderá dar conta dos desafios dessa missão. E, portanto, precisa-se formular e executar políticas que combinem as diferentes áreas do conhecimento. Para que a pós-graduação possa atingir plenamente seus objetivos, é necessário:

- Que o Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG seja efetivamente elaborado por uma comissão democraticamente construída pelas entidades do País que compõem o sistema de pós-graduação, e que seja elaborado no mais tardar em 2023;
- Que o próximo PNPG contemple o tema da saúde mental dos atores da pós-graduação; que preveja cotas das ações afirmativas para negras(os), indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans; que estructure um programa de pós-doutorado no Brasil adequado às suas necessidades com planejamento de repatriamento dos jovens doutores que buscaram em outros países as condições mínimas de sustento e para pesquisa;

- Que as universidades e pós-graduações tenham investimentos a altura de suas missões. Em particular, com adequação do orçamento da CAPES às necessidades da pós-graduação brasileira;
- Que haja um ordenamento geral da CAPES, com reformulação do processo de indicação da presidência, que deve ser definida a partir da indicação da comunidade da pós-graduação, sociedades científicas, academias e fóruns, passando a ter mandato tal qual uma agência reguladora de Estado;
- Criar câmaras de conciliação na CAPES, que possa mediar problemas de estudantes com o órgão;
- A recomposição imediata dos valores das bolsas e a expansão do volume de bolsas;
- Apoio à integração entre a pós-graduação e a formação de professores do ensino básico, com a construção de programa de urgência com todos os Programas de Pós-graduação, para a retomada da qualidade do ensino médio público e particular;
- Manter o sistema de avaliação, como garantia da qualidade de nossa pós-graduação – o melhor nível da educação brasileira – com os constantes aprimoramentos de que necessita. A avaliação da produção científica deve ter como principal critério sua repercussão social;
- Incluir os pós-graduandos em uma carreira científica a ser estruturada no Brasil, com direitos trabalhistas que incluem licença maternidade e paternidade;
- É preciso lidar adequadamente com os desafios da pós-graduação na Amazônia, diante da realidade em que o único caminho possível para a região é a capacitação de pessoal, produzindo informação robusta que resulte na inclusão social e na geração de renda.

O trabalho remoto é um fator novo que deve ser considerado como um possível contributo para reconstruir a pós-graduação.

SAÚDE

A saúde vai melhorar quando e somente se articulada a outras áreas, como ciência e tecnologia, meio ambiente, educação e cultura, em torno de um projeto de desenvolvimento social nucleado pelo bem-estar e sustentabilidade. Sugere-se o compromisso com a saúde como direito, que permita o desenvolvimento de potenciais individuais e coletivos de todas e todos. E o Sistema Único de Saúde – SUS deve ser o centro desse projeto.

Saúde não é gasto, é vetor para o desenvolvimento sustentável de um sistema público, universal e qualificado.

É necessário vincular promoção, prevenção, cuidados assistenciais com novos desafios, tais como os limiares entre identidades-patologias. A atual situação de saúde e, também, a perspectiva de sociedades incluídas das diversidades e igualitárias devem orientar as políticas de saúde. Para tanto, é necessário:

- Reduzir os riscos à saúde, com campanhas e ações pela redução/banimento do uso e circulação de substâncias nocivas, desde metais pesados, agrotóxicos, poluentes ambientais e o desflorestamento; controle de vetores e transmissão de doenças; e ampliação de espaços de lazer;
- Prevenção e diagnóstico precoce de doenças crônicas;
- Ampliar o acesso e qualidade dos cuidados de saúde, com ampliação, desconcentração e qualificação da oferta de serviços de atenção primária e especializada;
- Reorganizar e ampliar as redes de atenção de saúde mental com base na desinstitucionalização;
- Investir na saúde a partir do ensino e pesquisa de universidades e demais instituições desenvolvedoras e produtoras de inovações na área da informação, medicamentos, entre outras, articuladas com rede assistencial;
- Investir na pesquisa básica para o desenvolvimento de vacinas, medicamentos e equipamentos médico-hospitalares, bem como investir na pesquisa sobre análise e formulação de políticas de saúde para a efetivação do SUS;

- Valorizar os profissionais da saúde: médicos, enfermeiros, psicológicos, fisioterapeutas entre outros linha de frente da defesa da vida da população, bem como quem estuda e pesquisa saúde;
- Promover aumento progressivo do financiamento para o SUS e restrição do uso de fundos públicos para prover créditos, anistias de dívidas e subsidiar a oferta e demanda de assistência privada. Recursos públicos devem ser destinados à saúde universal;
- Articular em torno do SUS o setor público e privado para compatibilizar inovação e desenvolvimento tecnológico para a inclusão e redução de desigualdades;
- Realizar o ensino das profissões de saúde vinculado à pesquisa e ao trabalho, com ampliação das vagas para estágio, especialização e pós-graduação para a área de saúde.

MEIO AMBIENTE

A manutenção de serviços ambientais e a sustentabilidade de longo prazo só é possível por meio do balanço entre medidas em escalas locais e globais. Acordos internacionais para redução de gases de efeitos estufa, adoção de protocolos internacionais e retomada de investimentos em fundos para o clima, cujos repasses foram suspensos devido à “quebra de contrato” do governo federal, são fundamentais e necessários para o Brasil retomar sua posição de destaque e liderança nas pautas ambientais em nível global.

Para tanto, é necessário:

- Recompôr o aporte de recursos para o Ministério de Meio Ambiente e Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações nos níveis da Lei Orçamentária de 2016, período prévio ao estabelecimento do teto de gastos;
- Fortalecer e recuperar os órgãos ICMBio, IBAMA e IBPE, a fim de retomar ações efetivas para reduzir e eliminar atividades ilegais de mineração, desmatamento, invasões a terras indígenas e unidades de conservação, com criação e gestão de novas delas;

- Reestabelecer a participação de cientistas, e sociedade civil nos conselhos federais (CONAMA, entre outros) voltados para a elaboração das políticas estratégicas de Meio Ambiente;
- Estabelecer uma política de rastreamento de produtos, erradicação do uso de agrotóxicos, com incentivo à produção orgânica e agricultura familiar para o estabelecimento de uma produção associada à sustentabilidade e aos valores das populações tradicionais e indígenas;
- Rever os retrocessos ambientais ocorridos na legislação vigente, que vêm favorecendo uma política na qual prevalecem ações ilegais de invasão de terras indígenas, perdas de direitos dos povos originários e de um quadro de impactos ambientais sem precedentes na história política ambiental brasileira.

DIREITOS HUMANOS

A agenda de Direitos Humanos (DH) deve respeitar as três premissas que seguem:

- ***Deve ser Política de Estado e não de governo.*** Para tanto, é necessário: ampliar apoio e garantir sustentabilidade ao Conselho Nacional de Direitos Humanos; criar de órgão independente e plural para conduzir a política de DH – no modelo do Tratado de Paris; e propor e apoiar políticas de DH nos âmbitos legislativo e judiciário;
- ***Deve incluir a Política governamental internacional,*** com a retomada da defesa da **igualdade de gênero** e declaração de repúdio a todas as formas de discriminação nos fóruns e agendas internacionais; e com a retomada de compromissos e obrigações, inclusive financeiros, de apoio aos organismos internacionais;
- ***Deve implementar Política governamental interna,*** com reflexão sobre as políticas de reparação pelos crimes da ditadura recente e sobre a inclusão de processos mais longos de reparação aos massacres indígenas e de escravidão africana; e atribuição dos altos cargos do governo segundo uma perspectiva que valorize a diversidade.

A **‘questão territorial’** configura um dos maiores desafios para a construção de um Brasil Novo. Nesse sentido, é preciso:

- Ampliar a abordagem acerca das questões distributivas, de modo a que nelas possam ser incluídas a diversidade dos povos que compõem a nação Brasileira;
- Reconstruir as instituições, do marco legal, da democracia e das políticas públicas em novos moldes exige um governo que enfrente a questão territorial de frente;
- Respeitar a Constituição do País e os direitos específicos dos povos tradicionais e indígenas que ela assegura. Que responda igualmente aos acordos ambientais firmados internacionalmente.

A **luta antirracista** demanda, por sua vez:

- Retomada de um órgão de primeiro escalão de governo responsável pelas Políticas de Igualdade Racial, como ministério, com orçamento próprio;
- Desenvolvimento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial em âmbito Federal e em relação com os Estados e Municípios brasileiros;
- Realização de Campanhas Públicas para o fortalecimento do conhecimento e aplicação das Leis;
- Obrigatoriedade de desenvolvimento da educação étnico racial nos variados níveis de ensino;
- Incremento da Cooperação Brasil-África a partir de pactuações bilaterais e multilaterais.

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é um direito fundamental e condição essencial para o exercício pleno da cidadania. E precisa se traduzir em políticas públicas que se guiem pelos princípios da transparência, da participação social, do uso do conhecimento e da Ciência para a redução de todas as formas de violência e desigualdades. Diante de tais premissas, torna-se importante a construção de um sistema de governança da segurança pública verdadeiramente eficiente, cidadão e democrático. Entre os temas que precisam ser enfrentados, destacam-se:

- Desempenho, responsabilização e segurança normativa-procedimental na ação policial, em todas as esferas;
- Reestruturação das carreiras policiais, cargos e salários, e aprimoramento da formação e a qualificação desses profissionais;
- Incentivo e financiamento de políticas de prevenção situacional e local da violência;
- Prioridade para a segurança das mulheres, da juventude negra, da população LGBTQIA+;
- Ações de controle e enfrentamento da criminalidade baseadas em novos procedimentos e tecnologias;
- Nova política sobre drogas;
- Reorganização da política criminal, penal e penitenciária do País;
- Estímulo ao intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos entre Universidades e as organizações policiais nacionais e estrangeiras;
- Estabelecimento de programas de Educação para a Paz;
- Incentivo à transparência ativa e a prestação de contas dos órgãos de segurança pública e justiça criminal;
- Garantir a Implementação da Política Nacional de Dados e Informações (PNAINFO).

IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

O conhecimento científico deve ser utilizado para subsidiar a elaboração e avaliação de políticas públicas, bem como problematizar as ideologias, o autoritarismo, o racismo, o machismo. O acúmulo de conhecimentos, com esta abordagem crítica, referenda o desafio de tomar gênero e raça como eixos estruturais da desigualdade e salientar o potencial das políticas de equidade. Contribuições recentes também atentam para a relevância de dar visibilidade às relações sociais, aos sujeitos e às iniciativas para o combate às desigualdades, como as ações de inclusão via cotas. Para uma agenda com o objetivo de projetar o futuro e a eliminação da desigualdade social, é imprescindível:

- Garantir maior representação de gênero e raça na política;
- Que a demanda do aborto livre seja abordada como uma questão de saúde pública;
- Reconhecer os avanços na formulação de políticas públicas para o ingresso de estudantes indígenas nas universidades e reafirmar a reparação histórica;
- Saudar a importância do Estatuto da Igualdade Racial, observar o que foi efetivamente implementado e avançar;
- Que o Plano Nacional de Pós-Graduação tome a ação afirmativa como estruturante da pós-graduação, e seja apresentada enquanto tal nas metas estabelecidas e no orçamento;
- Massificar o programa PIBIC do CNPq de ações afirmativas;
- Garantir pluralidade racial nos quadros permanentes docentes das universidades;
- Dedicar esforços para reconstruir políticas educacionais em cenário pandêmico e na pós-pandemia;
- Que haja compromisso com a produção de conhecimento e com a formação de profissionais que se dediquem a desafiar os retrocessos atuais e gerem debates e soluções consistentes de justiça social.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas são um dos maiores desafios que a humanidade está enfrentando, e a ciência é fundamental para a implementação de políticas públicas eficientes. Recentemente, os impactos dos eventos climáticos extremos atingiram em cheio o País. Desastres como os deslizamentos em Petrópolis e Paraty, chuvas intensas em Minas Gerais e Bahia, e a seca de 2021 no Brasil Central soaram o alarme da vulnerabilidade aos eventos climáticos extremos.

Entre as vantagens estratégicas, o Brasil possui no perfil setorial das emissões de gases de efeito estufa uma única componente, com 44% das emissões brasileiras, que está associada ao desmatamento na Amazônia, ou seja, é perfeitamente viável o cumprimento de metas de redução desse tipo de emissão. Outra vantagem estratégica é que o País é

muito privilegiado em termos de potencial de gerar energia solar e eólica. Poucos países têm a disponibilidade de radiação solar e de vento quanto o Brasil.

É evidente que o Brasil tem que enfrentar suas vulnerabilidades e aproveitar as suas vantagens estratégicas com **políticas de Estado** (não de um particular governo), visando ao cumprimento das medidas necessárias para que o Brasil enfrente o desafio das mudanças climáticas, atinja os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e possa construir uma sociedade sustentável, com menos desigualdades sociais e mais resiliente às mudanças climáticas.

Para enfrentar esses desafios é preciso:

- Criar mecanismos para cumprir compromissos internacionais, implementar suas metas, seus custos financeiros e o arcabouço legal. Na COP-26 em Glasgow, por exemplo, o Brasil se comprometeu a zerar o desmatamento até 2028; reduzir emissões em 50% até 2030; reduzir em 30% as emissões de metano até 2030; implementar políticas de energias renováveis; reflorestar 12 milhões de hectares, entre outros compromissos;
- Construir uma política energética diversificada, que promova a disponibilidade de energia eólica e solar barata e abundante, além da produção de biocombustíveis;
- Observar as medidas do Painel Científico para a Amazônia e criar uma nova bioeconomia na região, com a manutenção das florestas em pé - construir uma *bioeconomia* que possa beneficiar os 20 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia;
- Aprovar a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro, e reforçar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC);
- Aprimorar e fortalecer as defesas civis de todos os estados e municípios, mapeando as áreas de risco, movendo a população que ocupa estas áreas.

CULTURA

O Estado tem uma responsabilidade intransferível, que não compete com a responsabilidade da área privada e nem com a importância decisiva da sociedade organizada. Essa tarefa do Estado é muito específica: criar o melhor ambiente possível para o desenvolvimento cultural.

Para promover a cultura no Brasil, para todos os brasileiros, é necessário:

- Reconstruir o Ministério da Cultura e das políticas que estavam sob sua responsabilidade, e com interlocução com o MEC;
- Estimular a criação artística e literária;
- Fortalecer a divulgação e o acesso à cultura;
- Preservar o acervo cultural existente no Brasil, e facilitar o acesso aos mesmos (física e virtualmente);
- Rever a lei de incentivo à cultura;
- Valorizar todas as culturas, tanto a erudita quanto a popular;
- Entender o papel crucial da cultura para enfrentar as mazelas históricas do País para remodelar as políticas federais;
- Criar o melhor ambiente possível para o desenvolvimento cultural, por meio de uma política de fomento poderosa, de incentivo e financiamento, bem como uma regulação democrática, no sentido de garantir desenvolvimento e acesso de todos à criação e acesso culturais.

QUESTÃO INDÍGENA

A Constituição de 1988 e as convenções internacionais a que o Brasil aderiu garantiram aos indígenas uma legislação de que o País pode se orgulhar. **Mas não garantiu a sua observância. O que se requer de um novo governo é, antes de tudo, essa observância:**

- que a União exerça efetivamente seu dever de proteção das terras indígenas, respeitando os direitos originários que elas têm, e que independem de sua demarcação;
- que complete a demarcação dessas terras para melhor proteção;

- que realize a desintrusão efetiva de fazendeiros, garimpeiros, madeiros, grileiros e invasores de terras indígenas em geral, que cumpra com celeridade as decisões da justiça nessa direção;
- que respeite de boa fé o direito de consulta prévia livre e informada diante de iniciativas que os afetem, respeitando seus protocolos de consulta;
- que se retome a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Gestão de Terras indígenas, o PNGTI;
- e que os povos indígenas recuperem suas representações em órgãos colegiados que os concernem e participem do desenho e execução das políticas públicas que lhes são dirigidas.

Sumário

1. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	27
2. EDUCAÇÃO BÁSICA	35
3. EDUCAÇÃO SUPERIOR	41
4. PÓS-GRADUAÇÃO	47
5. SAÚDE	57
6. MEIO-AMBIENTE	65
7. DIREITOS HUMANOS	69
8. SEGURANÇA PÚBLICA	77
9. IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO	81
10. MUDANÇAS CLIMÁTICAS	87
11. CULTURA	93
12. QUESTÃO INDÍGENA	97



Ciência, Tecnologia e Inovação

Sobre a importância de políticas públicas em CT&I para o desenvolvimento do Brasil

Educação é o pilar fundamental para se estabelecer uma política de Estado para a Ciência, Tecnologia e Inovação de uma nação. Educação e Ciência são direitos dos brasileiros, conforme estabelece a Constituição Federal¹(CF). Neste momento de reconstrução do País, é fundamental que se estabeleça uma **política de Estado para ciência, tecnologia e inovação** – uma demanda histórica da sociedade brasileira defendida pela SBPC. Essa política deve guiar-se pelo atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No final de 2022, a EC nº 95 (15 de dezembro de 2016) completará seis anos desde a sua aprovação, e é preciso avaliar de forma crítica os graves efeitos sobre a sociedade, em especial para as políticas públicas com impactos nas áreas sociais. Na área de educação, especialmente, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, disposto sob a Lei 13.005/2014, tem sofrido com a inviabilização de sua implementação. O PNE é a principal política educacional vigente, sendo composta por 20 metas e centenas de estratégias, da educação infantil até o ensino superior, passando pelo combate ao analfabetismo; pela universalização do atendimento escolar; pela superação das desigualdades educacionais; pela formação, condições de trabalho e valorização dos profissionais da educação. Retomar o apoio do governo às instituições educacionais e de CT&I, em particular às universidades e institutos de pesquisa, será fundamental para os avanços necessários aos vários desafios enfrentados pelo país. Como defende a SBPC, **a reconstrução do País passa pela revogação da EC nº 95**.

Além da Constituição, o Brasil conta ainda com legislações básicas que precisam ser seguidas: a Emenda Constitucional nº 85 (26 de fevereiro de 2015), a Lei nº 13.243 (11 de janeiro de 2016) e o Decreto nº 9.283 (7 de fevereiro de 2018). As legislações, em geral, são bem escritas e representam um importante avanço para a sociedade brasileira – uma vez que trazem um olhar diferenciado para a Ciência e a sua importância como motor para as transformações desejáveis para o país –, mas os

¹ Art. 23 É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: – parágrafo V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

avanços viabilizados pela legislação ainda não se concretizam na prática. É preciso que se cumpra a diretriz constitucional descrita no §1 do Art. 218 da CF, na sua redação ajustada pela EC nº 85 “A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação”. **O Estado deve assegurar o tratamento prioritário à pesquisa básica.** É crucial reafirmar – sem pesquisa básica não produzimos tecnologia, sem pesquisa básica não produzimos inovação.

O MCTI precisa ser fortalecido – a Ciência é um bem comum da sociedade e serve ao povo brasileiro em todas as áreas. Não existe nenhuma atividade que não seja permeada pela ciência. Nesse sentido, **a Ciência social é fundamental para materializar agendas e transformações para o Brasil que queremos.** Neste contexto, é oportuno lembrar a defesa da liberdade de pesquisa e acadêmica.

As agências de fomento do MCTI e do MEC – CNPq, FINEP e CAPES, precisam ser fortalecidas e mais valorizadas. O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT precisa ser reconhecido como instância estratégica na formulação de políticas e estratégias para a CT&I, inclusive na articulação dos investimentos em ciência de todos os ministérios. **Todas as áreas precisam de Ciência. Todos os Ministérios precisam viabilizar investimentos em Ciência.**

É urgente atuar na recomposição e ampliação do investimento público em CT&I, tendo como parâmetro mínimo valores orçados e executados entre 2010 e 2015. Precisamos alcançar, pelo menos, **2% do PIB em investimentos orientados à P&D**, contemplando prioridades e diretrizes estabelecidas no âmbito de uma política nacional de CT&I – que requer amplo debate com a sociedade.

Precisamos mapear áreas estratégicas de investimentos – onde o Brasil pode ser uma liderança. **Precisamos de um pacto com a sociedade – sinalizar para todos para onde a nossa Ciência está caminhando.**

O país precisa aplicar as contribuições oriundas dos investimentos em CT&I para enfrentar e superar grandes desafios históricos – a exemplo da segurança alimentar, redução de desigualdades sociais, aumento da empregabilidade, melhoria das condições de vida na cidade e no campo, inclusão social e inovação social. Da mesma forma, o País precisa estar preparado para lidar com as transformações aceleradas em curso: novas tecnologias, globalização, indústria 4.0, novos setores econômicos,

novos arranjos de produção e financiamento, governança, novas formas de organização da sociedade e desafios sociais e o papel da inovação; a questão ambiental e suas repercussões no planeta (desastres ambientais, pandemias, etc); meio século de revolução digital e seus impactos em todos os segmentos da sociedade, de forma cada vez mais acelerada: a transformação do físico para o digital; a necessidade de capacitação de recursos humanos em todos os níveis; e as desigualdades crescentes.

O desenvolvimento de um novo ciclo científico e tecnológico que sacode o planeta, em que países avançados e emergentes priorizam agendas de crescimento orientadas para a construção de uma economia de baixo carbono e para a nova sociedade digital, tendo em vista que a sustentabilidade é maior que a questão puramente ambiental.

Precisamos **enxergar muito além do investimento para discutir as dificuldades de financiamento**. Essa discussão só avança quando **temos clareza de objetivos, reconhecemos nossas competências e o potencial do País**. Um roteiro desses, para ser bem-sucedido, deve sempre ser fruto de muito debate público.

É preciso **eliminar a instabilidade e a imprevisibilidade** do sistema de CT&I, além de expandir as modalidades de pesquisa, de programas e de instrumentos de modo a **aumentar a diversificação de todo o sistema de CT&I**. Isso significa avançar na introdução de novas metodologias e lógicas para a definição de objetivos, desenvolvimento de projetos e de avaliação, a exemplo de políticas e instituições orientadas por missão. É preciso ter mecanismos de coordenação das ações das agências financiadoras para evitar dispersão de esforços e pulverização de recursos, tendo em vista que os principais órgãos públicos são coordenados por ministérios distintos (como o CNPq, a Capes, a Finep, o BNDES, a Embrapa, o INPI, o InMetro).

Os diferentes atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) devem interagir, colaborar e assumir compromissos diante dos problemas do passado e dos novos desafios rumo ao futuro. O SNCTI deve estar alinhado e ser incentivado quanto ao valor da CT&I como vetor central de reconstrução nacional orientado para um desenvolvimento sustentado e inclusivo, atento aos grandes desafios nacionais e buscando a inserção do País na nova organização global de produção (indústria 4.0; setores como TI, energia, saúde, meio ambiente, biotecnologia, nanotecnologia), com inclusão.

Neste cenário, o Brasil deverá considerar a nova geração de políticas de CT&I: (1) orientada a missões num ambiente de reconstrução; e (2) incentivando os Estados a serem parceiros, de forma a contribuir para o novo projeto de desenvolvimento do País. É preciso definir como tais missões serão escolhidas, alguns dos desafios nacionais se apresentam com inspirações globais.

Sobre o investimento e o financiamento em prol de CT&I

As mudanças no sistema de CT&I devem ser discutidas por toda a sociedade e de modo especial pela comunidade científica. Uma **primeira sugestão: a preparação de um grande encontro nacional de CT&I – é no debate, com toda a sociedade, que as nossas instituições deverão colocar suas energias.** Em particular, na discussão do investimentos e o financiamentos, é essencial **que a reflexão esteja integrada a uma estratégia nacional**, que defina prioridades em linha com as tendências do desenvolvimento tecnológico mundial.

No Brasil, a maior parte dos dispêndios em CT&I têm origem no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O problema é que, além de insuficiente, a arrecadação do FNDCT é sistematicamente mutilada pelo Ministério da Fazenda-Economia, seja via contingenciamentos, reservas de contingenciamento ou mesmo a inscrição de estimativas menores de arrecadação na LOA, que informará o orçamento final.

Será uma tarefa de um novo governo a recuperação do investimento, a começar pela **blindagem efetiva do FNDCT.** Uma **segunda sugestão: vincular a aprovação do orçamento de CT&I à imediata autorização para que o dispêndio dos recursos efetivamente arrecadados pelo FNDCT seja liberado.** Isso desde sua aprovação.

Como **terceira sugestão**, será necessário **reestruturar e empoderar** o CCT. Apesar do vínculo formal com a Presidência da República, o CCT oscila como instância relevante de formulação das políticas de CT&I. A Presidência da República pode expressar claramente este compromisso e **atribuir poder ao CCT** para a definição das estratégias de CT&I do País.

Com a expectativa de financiamento para a construção de uma estratégia nacional de CT&I, é possível buscar alternativas de baixo custo fiscal. Entre as possibilidades, a criação de Fundo Social, redimensionamento de Fundos Constitucionais, novas estratégias para Compras públicas, uso Fundos Público-Privados, de Finanças híbridas e Fundos filantrópicos.

Sobre Ciência, Tecnologia e Inovação e a Parceria com os Estados

Os Estados e Municípios precisam participar da discussão de futuros possíveis e desejáveis para o País. As transformações em curso exigem novas e sólidas parcerias na definição das ações e missões para o desenvolvimento sustentado e inclusivo, cabendo aos Estados algumas agendas, dentre as quais:

- Financiamento conjunto e participação dos Estados na governança do Sistema;
- Formação de recursos humanos;
- Fomento a participação dos grupos locais de pesquisa em redes cooperativas nacionais e internacionais;
- Promoção da articulação e integração de agentes locais e nacionais para o cumprimento de agendas relacionadas às missões;
- Promoção da inovação nos diversos territórios de desenvolvimento;
- Participação dos Estados na definição das missões e estratégias para o desenvolvimento nacional.

É preciso reafirmar o importante papel dos sistemas locais de CT&I na compreensão da diversidade entre regiões e na superação de desafios. Estados, regiões e municípios poderão contribuir neste novo Projeto para um Brasil novo, após 33 anos de experiência – resultante das constituições estaduais de 1989.

Sobre o engajamento das Sociedades Científicas e da Sociedade Civil na construção do novo projeto de país

É necessário apoiar e ampliar iniciativas de educação científica e divulgação científica, um tema sempre defendido pela SBPC, desde sua criação.

A articulação da CT&I na reconstrução do Brasil deve guiar a pactuação e um novo diálogo que inclua **todos os setores da sociedade**, mobilizando todas as sociedades científicas na construção do novo projeto.

Neste processo de discussão, é importante rever documentos existentes que são ainda importantes e que devem ser considerados como referência: a **Constituição Federal** e suas diretrizes; a **4ª CNCTI – Livro Azul** – continua sendo um documento importante – já apontava para renovação da educação brasileira e necessidade de se vencer as imensas desigualdades; Políticas Públicas para o Brasil que queremos, publicação da SBPC; Declaração de Princípios quanto à constituição do SNCT, publicação da ICTP.br, dentre outros. Em todos os documentos, a ideia central traz a necessidade de renovação do Brasil, mas é fundamental que as agendas articulem e engajem todos os setores da sociedade. É ainda oportuna a organização de uma nova Conferência Nacional de CT&I a ser realizada em 2024. É preciso ouvir e dar voz aos diferentes atores do SNCTI. O Brasil avançou muito em várias direções em anos passados, mas, nos últimos tempos, perdeu o ímpeto. É preciso retomá-lo.

Na construção de um novo projeto de país, portanto, um ponto central: os atores precisam estar envolvidos. Sem tal presença diversa e plural, não poderemos avançar. Tendo a Ciência como motor do desenvolvimento – o envolvimento das sociedades científicas será cada vez mais fundamental.

Precisamos reverter a evasão dos jovens. Os jovens são movidos por sonhos e desafios – precisamos trazer de volta estas condições para que eles sejam estimulados a atuar na melhoria e na reconstrução do País.



Educação Básica

Estas ideias surgiram na discussão sobre Ciência, Tecnologia e Inovação da SBPC, e indicam a relevância que a educação básica tem na constituição de diversos setores da sociedade brasileira.

Há quatro anos, em 2018, a SBPC mencionava no documento “Políticas Públicas para o país que queremos” que a educação pública básica passava por uma crise, que se aprofundava pelas medidas adotadas pelo governo à época. O texto elencava pontos a serem defendidos na gestão seguinte, mas o que vimos, no entanto, foi um cenário ainda mais desfavorável.

A crise se acirrou com o abandono pelo governo federal da legislação e do regramento legal, ampliando a desigualdade social e econômica e desconsiderando os direitos previstos na carta constitucional. As metas definidas nos primeiros artigos da Constituição Federal de 1988 – como erradicar a pobreza e aprofundar a integração latino-americana – foram abandonadas, assim como os princípios elencados, nos seus últimos capítulos, sobre a educação, a ciência, a tecnologia e inovação, a saúde, o meio ambiente, a proteção dos indígenas e quilombolas.

Em meio a esse processo de desmonte dos direitos, no qual o governo federal abandonou o seu papel de coordenador de um sistema de colaboração entre os entes federativos, o país sofreu os efeitos da pandemia de covid-19. As dificuldades encontradas nos longos meses de isolamento provocaram efeitos devastadores na educação: as crianças, em especial as mais pobres, praticamente não frequentaram a escola durante dois anos.

Neste momento, torna-se necessário olhar para o passado, lutar pela recuperação de direitos constitucionais e legais previstos e não plenamente atendidos. Principalmente, é preciso transformar a educação, provocar uma revolução em seus rumos, e acelerar mudanças. A ciência não existe sem uma educação básica de qualidade.

A construção de um projeto de educação para o país não é um projeto de alguns poucos. É um projeto coletivo, de todos, para todos. Há alguns pressupostos para a realização dessa empreitada: a educação deve ser pública, gratuita e de qualidade. Laica, democrática em sua forma e em sua construção, universal e inclusiva, contrária a todas as formas de discriminação e preconceitos.

E seu foco deve ser a aprendizagem e o desenvolvimento pleno do estudante.

Para que isso se realize, é necessário:

- que se considere que enfrentar a desigualdade social é o cerne de um projeto de educação para o país;
- garantir que a Educação pública de qualidade seja um direito de todos, concretizado em aprendizados que promovam o efetivo desenvolvimento da criança desde sua mais tenra idade até a vida adulta, perpassando toda a trajetória educacional e de formação profissional e/ou acadêmica;
- promover uma educação para a liberdade, a consciência e a cidadania;
- que o Estado cumpra seu dever de prover recursos, criar e viabilizar políticas públicas e normas, além de agir na coordenação do sistema;
- definir com clareza quais são os aprendizados necessários para o estudante, especificando o que se entende por qualidade na educação; precisamos ter uma formação inicial adequada ao século XXI, uma formação continuada atualizada e um ensino-aprendizado eficiente com foco no estudante;
- tornar o ensino inclusivo e equitativo, diminuindo as distâncias entre o ensino privado e o público;
- incluir a Educação Básica nos debates sobre ciência, tecnologia e inovação, considerando as escolas também como centros de produção de conhecimento, de tecnologia e de inovação social;
- valorizar os professores e profissionais da educação: adotar o regime de tempo integral (em uma única escola), com plano de carreira, remuneração e condições de trabalho adequadas;
- estabelecer processos de formação e escolha dos gestores educacionais;
- reabrir a discussão sobre as bases curriculares, tanto as nacionais quanto as locais, introduzindo projetos interdisciplinares, construindo interlocuções com comunidades locais para a definição e introdução de inovações pedagógicas, desenvolvendo processos de escuta e interação com a juventude para a renovação dos processos educativos;
- promover uma educação antirracista e sem preconceitos ou discriminação de gênero e orientação sexual;

- valorizar a escola básica como produtora de conhecimento e inovação e incentivar sua conexão com o território e a comunidade em que se localiza. É esta conexão que vai produzir um projeto de um país que valorize seus biomas, suas expressões culturais, suas tradições, sua arte, seus saberes, suas tecnologias, para viabilizar um projeto de país que seja mais justo, mais equitativo, mais inclusivo, e que promova a maior integração de todos os seres e o compromisso de todos os seres com o futuro do planeta.

e, finalmente:

- promover a discussão coletiva e democrática do novo Plano Nacional de Educação, e discutir a consolidação de um Sistema Nacional de Educação;
- lutar pela revogação da PEC 95, para que as medidas a serem adotadas tenham recursos suficientes para sua implementação.

Há, além de todos esses pontos, uma tarefa imediata e fundamental: construir um projeto emergencial de recuperação das aprendizagens das crianças e jovens no país, causados pelos efeitos da pandemia nos ambientes educacionais. Em particular, promover um mutirão educacional pela alfabetização com qualidade de todas as crianças e jovens. A alfabetização se tornou de novo uma prioridade na medida em que uma geração deixou de ser alfabetizada com a pandemia. Isso tudo, sem esquecer de lidar com os prejuízos psicológicos causados por mais de dois anos de distanciamento físico e de carência em todos os sentidos, inclusive o alimentar.



**Ensino
Superior**

O Projeto de um Brasil Novo terá no Ensino Superior um de seus pilares. Todos reconhecem a vital importância das instituições de educação superior para o desenvolvimento social, cultural, tecnológico, econômico e democrático das nações, tanto pela formação dos cidadãos como pela elaboração de conhecimentos e saberes.

Lembrando que mais de 90% da pesquisa científica no País é produzida dentro das universidades públicas, uma política de Estado para o ensino superior deve ser construída em diálogo com as universidades, com propostas de políticas públicas e principalmente com leis que garantam a viabilidade, a continuidade e a excelência dessas pesquisas e de seus pesquisadores.

Destacamos pontos fundamentais para fomentar essa importante etapa da formação de profissionais qualificados e de desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação em nosso País:

1. Educação Superior é bem público social, direito humano universal e dever do Estado (princípio defendido desde a Conferência Mundial de Educação, de 1998);

1.a Educação deve ser tratada como política de Estado – e não como políticas de governos que se sucedem e, se antagônicos, buscam desfazer os avanços antes realizados;

1.b As políticas públicas para o Ensino Superior precisam envolver:

- Financiamento adequado (Lei orçamentária clara, com impossibilidade de contingenciamento. O orçamento atual das IFES equivale ao do ano 2009);
- Inclusão e diminuição das desigualdades;
- Política pública de expansão, com reforço da assistência estudantil;
- Reserva de vagas para egressos do ensino público e para negros, pardos e indígenas (cotas para ingresso), assistência estudantil para permanência, bem como urgente ampliação do acesso às universidades: atualmente, apenas cerca de 20% dos jovens brasileiros estão no ensino superior;

1.c Autonomia institucional e modelos de financiamento.

2. **Compromisso com a qualidade, uma vez que expansão, inclusão e qualidade não são excludentes. Trabalhar “Qualidade com equidade” como princípio. Não pode haver graduação de segunda linha, ou garantia de qualidade apenas para uma elite. Promover uma formação cidadã, humanista e profissional – para o presente e o futuro –, o pensamento crítico, e o valor da ciência para todos, tanto em IES públicas como privadas;**
 - 2.a Rever a adequação das instâncias de avaliação (critérios de qualidade: acadêmicos, sociais, inserção institucional; direção com orientação técnica), definindo o que deve ser considerado entre os conceitos de “qualidade”: publicações de artigos, titulações, patentes, inovações tecnológica e social/cultural, etc.
 - 2.b Regulação do sistema privado de Ensino Superior: educação não é mercadoria.
3. **Formação centrada no estudante, com flexibilização dos modelos de formação, com compromisso social e reforço das parcerias acadêmicas. Muitos dos universitários de hoje trabalharão em profissões que ainda não existem. Há que oxigenar e diversificar o sistema de ensino superior, adequando-o às demandas do mundo moderno;**
 - 3.a Ampliar modelos transversais de formação (como bacharelados interdisciplinares e licenciaturas interdisciplinares), focando na solução de problemas, bem como em visões mais abrangentes destes;
 - 3.b Criar novos cursos, especialmente no ensino superior tecnológico, e novas instituições (o que é novo se adapta melhor. Tivemos o REUNI há pouco mais de 10 anos; será preciso criar outro Programa ainda maior e pródigo em inovação);
 - 3.c Estimular a cooperação e integração entre instituições nacionais, com sistema de créditos amplamente aceitos no País e entre países parceiros;
 - 3.d Estabelecer redes nacionais de pesquisa, com forte intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes atuando em projetos cooperativos. Reforçar a interação entre graduação e pós-graduação.

4. Revalorização das Ciências Humanas e da formação de professores.

A formação técnica não dá conta do desenvolvimento cognitivo e afetivo das pessoas; precisa de ética, filosofia, de humanidades e do olhar das artes. Formação de professores como eixo de revalorização e qualificação da combatida educação básica. É preciso uma renovação pedagógica do ensino superior para transformar a escola básica.



Pós-graduação

A pós-graduação é diferente em cada área e as particularidades devem ser consideradas para as muitas reconstruções que precisaremos fazer para ter um país novamente cheio de esperança.

O Brasil passou por um período muito positivo, em especial nos primeiros anos do século, quando tivemos vários investimentos no país, incluindo na pós-graduação e em ciência e tecnologia. Depois, porém, de 2015 em diante, só temos observado cortes. Mas, além dos cortes, há também uma campanha ideológica contra a pós-graduação. Hoje, dentre as ameaças, tem-se uma visão negativa da pós-graduação, que considera o estudar inútil enquanto cobra soluções imediatistas para problemas econômicos que têm causas complexas.

Outro fator de ameaça são os valores das bolsas que não atraem, gerando menor procura pela pós-graduação em várias áreas. Associada a essa questão, temos percebido um êxodo dos jovens docentes da pós-graduação. Ocorre uma fuga de cérebros talentosos e extremamente produtivos, formados nas primeiras décadas do século XXI, e que justamente ingressaram nas Universidades nos últimos cinco a dez anos, sem perspectivas na pós-graduação e no país. E isso, adicionado ao desestímulo com a estagnação salarial, principalmente nas universidades públicas.

O trabalho remoto é um fator novo que deve ser considerado como um possível contributo para reconstruir a pós-graduação.

Outro fator observado são empresas do exterior, contratando nossos alunos de pós-graduação, às vezes até mesmo antes de completarem seu mestrado ou doutorado, assim desviando-os da prioridade que seria ajudarem nosso País a se desenvolver. Elas podem pagar altos salários, tornando esse mercado muito mais atraente para nossos talentosos estudantes, do que permanecer na pós, com as respectivas bolsas. A médio prazo, porém, isso significa que o Brasil forma, com seus recursos limitados e a dedicação de seus professores e cientistas, alunos qualificados para fornecê-los, de graça, ao Exterior.

Ações concretas de proximidade com a indústria na pós-graduação podem diminuir essa defasagem completa da bolsa. Além disso, essas complementações podem solucionar problemas que interessam a indústria.

Em algumas áreas, a falta de alunos poderia ser minimizada com uma atração maior de estudantes da América Latina e da África.

A presidência da CAPES deve ser definida a partir da indicação da comunidade da pós-graduação, sociedades científicas, academias e fóruns. Trazer de volta para dentro da CAPES a experiência com o apoio da comunidade. É fundamental que a presidência da CAPES tenha respaldo na comunidade.

É preciso incluir o apoio à integração entre a pós-graduação e a formação de professores do ensino básico especificamente na plataforma de governo. Temos esse material humano disponível na pós-graduação e disposto para fazer esse trabalho. A estratégia é levar a qualidade da pós-graduação ao ensino e à formação mais do que pedagógica, formação não só de conteúdo, mas ensinar fazendo ciência, para os professores de ensino básico.

É preciso o ordenamento geral da CAPES, de suas características próprias, em desenvolver a direção política do processo de formação de pessoal em nível de pós-graduação.

As especificidades das áreas de conhecimento devem ser contempladas, com equidade e interação recíproca. A interdependência e a cooperação de uma ação ativa voltada para o outro. **Unir a formação de licenciaturas com a atuação da pós-graduação e com o setor de formação de licenciatura da própria CAPES.**

Por outro lado, temos necessidade de um ordenamento de urgência, diante do caos em que está a qualidade do ensino médio público e particular. E cada um pode se comprometer com uma parte em seus programas – todas as áreas do conhecimento são importantes para recuperar o ensino no país. A pós-graduação pode fazer isso. **É preciso um grande programa de urgência, e imediato, inserindo o trabalho de todos os PPGs, para a retomada da qualidade do ensino médio público e particular.**

A CAPES deve desenvolver uma ação conjunta que permita administrar a produção de conhecimento e de ações, e discutir a direção a ser dada aos PPGs, sabendo que administrar esse processo nesse momento não é censurar, mas permitir que os PPGs tenham também ações de urgência – um programa específico, aberto, para a reconstrução do país, que retome o papel da ciência.

Que o Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG seja efetivamente elaborado por uma comissão democraticamente construída pelas entidades do país que se preocupam com a pós-graduação, e não por um grupo de escolhidos com interesses não claros, como muitos receiam. Que o PNPG para o futuro, que não sabemos se será um PNPG 2023 até 2033, seja elaborado no máximo no ano que vem. O PNPG é o documento que permite uma coerência, uma normatização, uma política de pós-graduação a ser aplicada em todo o país. Que o PNPG possa, com a participação de todas as representações, balizar exatamente um progresso, um desenvolvimento, um avanço na pesquisa.

Outro ponto é o financiamento da pesquisa e da pós-graduação. O número de bolsas no país tem aumentado, no último 1 ano e meio, porém permanecendo com seus valores irrisórios. E, ainda, sem agregar investimento em pesquisa, em funcionamento de laboratório, em equipamentos, em reagentes etc. Também não adianta dar bolsas se as pessoas não conseguem fazer pesquisa em laboratório, fazer a pesquisa nas instituições. **É preciso investimento em pesquisa.**

Que a avaliação continue sendo feita com periodicidade determinada pelos pares e que tenha cada vez mais um caráter qualitativo. Não é uma exclusão do quantitativo, mas sim um qualitativo em nível de respeito à prioridade para a coerência da ciência produzida no país. **Que seja acordada maior importância à repercussão social do conhecimento produzido na pós-graduação.** Que a inserção social do conhecimento produzido nas universidades, na pós-graduação, seja cada vez mais inclusiva, no sentido da heterogeneidade social, geográfica, antropológica do país.

A presidência da CAPES poderia passar a ter um mandato, tal qual um mandato de uma agência reguladora de Estado. Esse mandato seria de quatro anos e começaria seis meses depois do início do mandato presidencial.

Deve-se considerar o impacto que a pandemia teve na educação brasileira e na pós-graduação. A baixa geral de produtividade se tornou dramática para os pós-graduandos. **A evasão exige um ambiente de formação de pesquisadores favorável ao conhecimento, e não hostil a este.** A juventude que se interessa pela ciência e pela carreira científica precisa ser valorizada e saber que é importante para o Brasil.

Para tanto, o valor das bolsas precisa ser imediatamente ampliado, recuperando os 70% de perda inflacionária, com um mecanismo de reajuste anual inseridos no PNPG.

A pós-graduação é uma fase de formação, mas é também o exercício de um trabalho. Os pós-graduandos precisam ser parte de uma carreira científica a ser estruturada no Brasil. Não faz sentido que aos trinta anos muitos pesquisadores, doutorandos e até pós-doutorandos, estejam fora da Previdência Social, não contando o tempo de pesquisa para aposentadoria, enquanto alunos de quinze anos das escolas militares já computam esse período para sua reforma.

Precisamos de uma política que abarque o tema da saúde mental, e que esteja estruturada no PNPG.

Sobre as mães e pais, é preciso ter a licença maternidade e licença paternidade.

As cotas das ações afirmativas para negras(os), indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans – transgênero, transexual e travesti, devem ser implementadas na pós-graduação e estar no PNPG da próxima década.

É preciso um grande programa de pós-doutorado no Brasil que apresente perspectiva para os jovens doutores atravessarem essa tempestade que o Brasil vive. Temos que adicionar no PNPG da próxima década, uma política para resgatar essa juventude, por meio de um programa com mais de 50 mil bolsas para pós-doutorado, bem como assegurar a empregabilidade de nossos doutores, com direitos trabalhistas e perspectivas de futuro na instituição que os acolher. E ainda, organizar o repatriamento dos nossos cérebros, seja pelo retorno físico dos nossos doutores ou pela vinculação com a pesquisa no Brasil.

É preciso criar câmaras de conciliação na CAPES, que possa mediar problemas de estudantes com a CAPES.

É preciso maior consciência dos desafios da pós-graduação na Amazônia, diante da realidade em que o único caminho possível para a Amazônia é a capacitação de pessoal, sobretudo local, produzindo informação robusta que resulte na inclusão social e na geração de renda.

A ONU alerta que a produção de alimento está ameaçada pela perda da biodiversidade, não só no Brasil, mas no mundo como um todo. E a Amazônia representa um ambiente muito importante para isso. Como produzir alimento na Amazônia, com falta de informações e de pessoal graduado?

Nenhuma área do conhecimento, sozinha, poderá dar conta desse desafio. E, portanto, precisa-se pensar a pós-graduação e desenvolvê-la combinando as diferentes áreas do conhecimento. **É preciso pôr fim às caixinhas herméticas criadas para cada área do conhecimento, que não se falam entre si, para que a ciência possa avançar.** Contar *papers* dentro dessas *caixinhas herméticas* não vai nos levar a lugar nenhum e não vai colocar a nossa ciência no polo da sociedade.

É preciso avaliar mais o produto e menos o processo. É preciso pensar na capacitação nas interfaces, entre as diferentes áreas do conhecimento e para as constantes demandas da sociedade. É preciso pensar um grande processo de capacitação no país.

A pós-graduação não pode se afastar da graduação e nem das demandas da sociedade. É preciso reconhecer a diversidade do sistema como um aspecto positivo e estimular a coparticipação de atores de diferentes instituições. É preciso diversificar e flexibilizar os processos de formação, e investir nas pessoas, principalmente, nos jovens.

Assim como a comunidade científica do mundo inteiro, estamos nas mãos de grandes editoras que cobram muito caro para publicarmos os artigos numa revista. O que vamos fazer com a privatização do conhecimento? **A CAPES pode ser o local, o Fórum Nacional para abordarmos e solucionarmos a questão do pagamento das publicações?**

Deve-se rediscutir o fator de impacto, como critério de qualidade das publicações. Em que pesem seus méritos, e o papel que historicamente desempenhou, há que considerar, primeiro, que ele não leva em conta o impacto social de uma produção científica. É sabido que um paper sobre trigo terá mais impacto por esse critério do que um sobre soja, e no entanto o Brasil produz muito mais soja do que trigo – o que, por sinal, é considerado há bastante tempo na avaliação da CAPES. Segundo, que o fator de impacto de periódicos data do tempo em que estes eram consultados em formato papel e, portanto, um artigo de jovem cientista que saísse numa revista de destaque tinha mais chances de ser lido.

Hoje, porém, com a publicação sobretudo online, é duvidoso que as revistas continuem tendo essa identidade que antes permitia hierarquizar sua qualidade. Há que se discutir a qualidade na época da publicação eletrônica.

A ciência é uma atividade social, com fins sociais, ou seja, deveria ser medido o papel da ciência que eu faço para a sociedade, e não apenas quantos papers eu publiquei na revista “tal” com fator de impacto “tal”. Pensar em publicações do país como um tudo, com custos altíssimos, significa a transferência de um volume brutal de recursos da ciência e tecnologia para pequenas organizações que controlam o sistema de publicações mundiais. A bem da verdade, desde 2006 a CAPES incluiu na avaliação itens como o do impacto social e o da solidariedade dos programas com notas mais elevadas em relação aos menos bem avaliados, e isso deve ser atualizado e expandido.

Como querer galgar *rankings* internacionais comparativos à grande diversidade no mundo, sendo que a fome no Brasil cresce, sendo que o valor da nossa moeda caiu absurdamente. **A promoção do desenvolvimento nacional e da sociedade brasileira, e das condições de vida do brasileiro deve ser o sentido do conhecimento efetivamente introduzido na academia brasileira.**

O primeiro critério de avaliação da produção científica deveria ser a repercussão social. Obviamente que a repercussão no mundo é importante, mas deve-se colocar a resposta ou o rebatimento do conhecimento produzido para a sociedade e o seu desenvolvimento acima de tudo. Sem a menor dúvida, inclui-se o desenvolvimento econômico e o aumento da produtividade, mas de modo a beneficiar a sociedade e respeitar a natureza. É preciso desenvolver **os indicadores desse movimento de inserção social do conhecimento produzido, já introduzidos na avaliação desde 2006, mas atualizando-os e aprimorando-os.** O *ranking* internacional é importante, mas não deve ser colocado como premissa básica, em um momento de altíssimo preço pago hoje para publicar.

As FAPs e o CNPq são extremamente importantes no contexto do futuro que queremos para a pós-graduação brasileira.

A interdisciplinaridade é o que pode nos colocar na fronteira do conhecimento, é o que pode nos fornecer o arcabouço teórico, metodológico para compreender a realidade brasileira. E isso deve ser parte de uma discussão mais estrutural, para que o acesso aos diversos saberes seja proporcionado tanto aos estudantes de graduação, como aos do ensino médio e fundamental. **Qual é a pós-graduação que a gente precisa para resolver os problemas brasileiros?**

Precisamos trazer as demandas da sociedade para as bancadas dos laboratórios, que foram construídos com recursos públicos, e levar os resultados de volta para a sociedade.

Acresce que devemos também, e prioritariamente:

1. Selecionar, a exemplo do que consta na Estratégia Nacional de C&T, quais os pontos em que o Brasil pode ser protagonista e mesmo líder na pesquisa mundial, devendo estes pontos consistir no encontro de nossas condições de pesquisa, de nosso corpus a ser pesquisado e de nossas necessidades nacionais e sociais;
2. Assegurar que, nos pontos em que não podemos liderar a pesquisa, acompanhemos a pesquisa de excelência que se faz nos centros internacionais mais qualificados, de modo a aproveitarmos seus frutos e contribuirmos para ela;
3. Questionar o sistema de pontuação da publicação em periódicos, que por muito tempo foi o fator-chave para a avaliação na maior parte das áreas, seja por meio do fator de impacto, seja pelo Qualis de Periódicos, eis que a difusão da publicação online reduziu a importância das revistas como *locus* por excelência da publicação de pesquisas, e torna-se necessário discutir e encontrar outros fatores que permitam identificar e mensurar a qualidade;
4. Manter o sistema de avaliação, como garantia da qualidade de nossa pós-graduação – o melhor nível da educação brasileira – com os constantes aprimoramentos de que necessita.



Saúde

Introdução

O Brasil demonstrou pioneirismo ao formular uma reforma sanitária e modernizar o seu sistema de saúde com o SUS. Passos largos foram percorridos a partir da constitucionalização do direito à Saúde em 1988, quando deixamos para trás a segregação, antes formalizada por Lei entre cidadãos e indigentes. Com o SUS foram implementadas iniciativas públicas de grande impacto social e econômico. O processo de organização de ações e cuidados à saúde incluiu desde transplantes, ampliação do acesso a unidades de atenção básica até as bem-sucedidas estratégias de estímulo à amamentação materna e combate ao tabagismo.

Apesar de esforços meritórios, de algumas gestões, não foram revertidas imensas desigualdades nas chances de viver e obter cuidados assistenciais, quando necessário. Indicadores de saúde evidenciam desigualdades persistentes e injustiças tanto na exposição aos riscos, quanto no acesso e uso de serviços de saúde. Mais de 30 anos depois da inscrição do SUS na Constituição, o país ainda convive com disparidades que sinalizam a urgência de políticas de saúde efetivamente direcionadas para a progressiva ampliação de direitos e homogeneidade das condições de saúde em todo o território nacional. Em 2019, a taxa de mortalidade infantil em Roraima foi duas vezes maior do que a do Rio Grande do Sul (19,1 e 8,6 por 1.000 nascidos vivos, respectivamente).

Ao longo do tempo, posicionamentos e ações contrários ao SUS igualitário e universal e políticas fiscalistas impediram sua implementação plena. Preservou-se o SUS formal, mas sua relevância e financiamento foram com mais ou menos intensidade mitigados. Com a pandemia de covid-19, a indubitável importância do SUS e de suas intrínsecas conexões com a ciência e inovação tecnológica ficou mais do que evidenciada. Contudo, no atual contexto eleitoral marcado por ameaças objetivas à democracia, alargamento da miséria e perda da renda do trabalho, o debate sobre o SUS, a respeito da retomada do projeto da saúde como vetor de redução de desigualdades, tende a ser substituído por enunciados aparentemente pragmáticos, mas na verdade imediatistas. No lugar do SUS, entram programas de extensão de coberturas para ações selecionadas. São possivelmente tentativas de prometer o que não se poderá cumprir, contudo fragmentadoras e com resultados pontuais.

Afirmar que um sistema de saúde necessariamente deve melhorar as condições de saúde não é trivial: é uma afirmação com consequências práticas. Bons desfechos exigem a emissão simultânea de redução de riscos, ampliação de acesso e qualidade das ações oferecidas à população. É a combinação do menos com mais que assegura melhor saúde. Menos alimentos ultra processados, menos agrotóxicos e transgênicos, menos poluição ambiental, menos armas. Mais recursos assistenciais para a proteção de gestantes e crianças, adultos e idosos. Mais atenção para as populações indígenas, negras, pessoas com deficiências e LGBTQIA+.

Portanto, a saúde vai melhorar quando e somente se articulada a outras áreas, como ciência e tecnologia, meio ambiente, educação e cultura em torno de um projeto de desenvolvimento social nucleado pelo bem-estar e sustentabilidade. Nesse sentido, do conceito ampliado de saúde que inspirou o SUS, sugere-se o compromisso com a saúde como direito, que permita o desenvolvimento de potenciais individuais e coletivos de todas, todos e todes. O SUS – coração dos inúmeros gestos de apreço da população brasileira que ocorreu aos postos de vacinação – é uma inequívoca manifestação de apoio à ciência, tecnologia e a políticas de natureza universal.

A bancarrota do país decorrente de várias opções equivocadas não impediu o reconhecimento da ciência e do SUS. Lutar contra a covid-19 exigiu, simultaneamente, investigar organismos biológicos complexos para obter valiosas informações sobre a proteína Spike do Sars-CoV-2 para o desenvolvimento de vacinas e tratamentos e mobilizar redes sociais para a proteção da saúde. Infraestruturas de pesquisa de alta qualidade são imprescindíveis para a inserção do país na fronteira das inovações. Processos sociais inovadores, como as experiências acumuladas e renovadas do Brasil para levar vacinas para populações isoladas nos permitiram, em meio ao negacionismo e postergação da aquisição de imunizantes, atingir elevadas coberturas vacinais.

Redução de riscos à saúde, ampliação do acesso e qualidade dos cuidados de saúde

O país está às voltas com uma tripla carga de doenças determinadas pelas condições de vida e trabalho da população. As do passado, tais com as transmissíveis que se tornaram de difícil controle, entre as quais a dengue, e mais recentemente a covid-19 e suas variantes. As crônico-degenerativas, entre as quais cânceres e doenças cardiovasculares e os agravos causados pelas violências. Para responder adequadamente a um quadro tão complexo de morbimortalidade é necessário vincular promoção, prevenção, cuidados assistenciais com novos desafios, tais como os limiares entre identidades-patologias. A atual situação de saúde e, também, a perspectiva de sociedades incluídas das diversidades e igualitárias devem orientar as políticas de saúde. Para tanto propomos:

- Redução/banimento do uso e circulação de substâncias nocivas à saúde desde metais pesados, agrotóxicos e poluentes ambientais e desflorestamento;
- Controle de vetores e transmissão de doenças, intensificação das vigilâncias sanitária, epidemiológica e genômica;
- Prevenção e diagnóstico precoce de doenças crônicas. Rotulagem adequada de alimentos e proibição de propaganda de alimentos ultra processados para crianças. Propaganda sanitária contra o tabaco e cigarro eletrônico. Ampliação dos espaços de lazer, apoio à construção de praças e calçadas arborizadas e iluminadas para a prática de exercícios físicos;
- Ampliação, desconcentração e qualificação da oferta de serviços de atenção primária e especializada. Reorganização e ampliação das redes de atenção de saúde mental com base na desinstitucionalização;
- Organização de um centro de resposta a emergências sanitárias para garantir insumos básicos, vacinas, medicamentos e rede assistencial suficiente e qualificada para tratamento de pacientes e prevenção da disseminação de pandemias e epidemias;
- Revogação da EC95, aumento progressivo do financiamento para o SUS e restrição do uso de fundos públicos para prover créditos, anistias de dívidas e subsidiar a oferta e demanda de assistência privada. Recursos públicos devem ser destinados à saúde universal;

- Afirmar identidades, combater preconceitos e exigir o desarmamento e uma cultura de paz. Saúde para grupos populacionais negros, quilombolas, ribeirinhos, indígenas. Saúde para pessoas com deficiências. Saúde para pessoas LGBTQIA+. Saúde para mulheres e respeito aos direitos reprodutivos. Redução da circulação e comércio de armas. Ações para a redução da violência doméstica. Saúde integrante dos esforços por uma cultura de paz.

Saúde, ciência, tecnologia e desenvolvimento

O complexo econômico industrial da saúde pode ser um eixo estratégico do desenvolvimento, articulando as instituições vinculadas à educação, ciência, tecnologia e inovação, indústria e os serviços, com objetivo de atender às necessidades do SUS. Investir na saúde a partir do ensino e pesquisa de universidades e demais instituições desenvolvedoras e produtoras de inovações na área da informação, medicamentos, entre outras, articuladas com rede assistencial. Saúde não é gasto, é vetor para o desenvolvimento sustentável de um sistema público, universal e qualificado. A pandemia comprovou a importância estratégica das cadeias produtivas de insumos estratégicos para a saúde no enfrentamento de emergências sanitárias. O Brasil possui infraestrutura com potencial para estabelecer relações sistêmicas e inovadoras entre economia e direito à saúde.

Para tanto propomos:

- Articular em torno do SUS o setor público e privado para compatibilizar inovação e desenvolvimento tecnológico para a inclusão e redução de desigualdades;
- Investir na pesquisa básica para o desenvolvimento de vacinas, medicamentos e equipamentos médico-hospitalares;
- Investir na pesquisa sobre análise e formulação de políticas de saúde para a efetivação do SUS;
- Aprimorar políticas de uso do poder de compra do Estado e transferência de tecnologia tais como encomendas tecnológicas;

- Fortalecer as relações entre centros, institutos e instituições de pesquisa e formadores de profissionais de saúde com órgãos de fomento à pesquisa. Estabelecer articulações permanentes entre regiões e redes de saúde, por um lado, e por outro universidades e faculdades de graduação de cursos de saúde, para propiciar melhores condições de ensino para os alunos e assistência para a população inteira. Incentivar a iniciação científica na área da saúde para estudantes do ensino fundamental e superior.

Valorização dos profissionais de saúde

Profissionais de saúde, inicialmente os mais penalizados pela pandemia, ainda não receberam o devido reconhecimento das autoridades governamentais. São médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas entre outros que estiveram e seguem na linha de frente da defesa da vida da população. Um sistema de saúde igualitário valoriza quem estuda e pesquisa saúde e nele trabalha. Para tanto propomos:

- Condições adequadas de trabalho e remuneração e aperfeiçoamento profissional;
- Pareamento entre a dignidade, segurança e qualidade do trabalho na saúde com o atendimento digno, personalizado e tempestivo à população;
- Ensino das profissões de saúde vinculado à pesquisa e ao trabalho;
- Ampliação das vagas para estágio, especialização e pós-graduação para a área de saúde;
- Avaliação permanente das condições de trabalho e exercício profissional no SUS.



Meio Ambiente

O desmonte progressivo, sistemático e deliberado das normas que compõem o arcabouço legal que sustenta as políticas públicas e garante o cumprimento do Artigo 225 da Constituição Federal tem aumentado a pressão humana sobre os ecossistemas brasileiros de maneira significativa. Para agravar tal situação, soma-se a redução de recursos orçamentários para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), afetando o aporte financeiro ao ICMBio, e IBAMA e INPE, órgãos federais de monitoramento, fiscalização e controle ambiental, comprometendo suas respectivas capacidades de atuação. Em relação ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), tal cenário afeta a continuidade e o desenvolvimento do conhecimento científico que embasa as ações de proteção aos ecossistemas naturais.

Parafraseando a ministra Cármen Lúcia, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 760 da “Pauta Verde” pelo STF, há uma “cupinização institucional”. Com isto, foram enfraquecidas ou descontinuadas políticas de combate e controle ao desmatamento, mineração ilegal e aos incêndios em diversos ecossistemas.

A manutenção de serviços ambientais e a sustentabilidade de longo prazo só é possível por meio do balanço entre medidas em escalas locais e globais. Acordos internacionais para redução de gases de efeitos estufa, adoção de protocolos internacionais e retomada de investimentos em fundos para o clima, cujos repasses foram suspensos devido à “quebra de contrato” do governo federal, são fundamentais e necessários para o Brasil retomar sua posição de destaque e liderança nas pautas ambientais em nível global. Nesse sentido, em escala nacional, uma das primeiras medidas institucionais para restabelecer os compromissos de nosso país com a sustentabilidade ambiental é a **recomposição do aporte de recursos para o MMA e MCTI nos níveis da Lei Orçamentária de 2016, período prévio ao estabelecimento do teto de gastos.**

Isso permitirá contemplar ações de administração direta e gestão ambiental, bem como o fortalecimento de órgãos em processo de sucateamento com o ICMBio, IBAMA e IBPE. Tal fortalecimento implica a **retomada de ações efetivas para reduzir e eliminar ações ilegais de mineração, desmatamento, invasões a terras indígenas e unidades de conservação (além da criação e gestão destas).**

No contexto da atual política governamental, a transferência de funções dos órgãos de monitoramento e controle ambiental para a estrutura das forças armadas tem impactado negativamente as ações de monitoramento e fiscalização, devido à ausência de expertise reconhecida na área, implicando claramente em um “desvio de função” da que lhes é atribuída pela Constituição de nosso país.

O **reestabelecimento da participação de cientistas, e sociedade civil nos conselhos federais (CONAMA, entre outros) voltados para a elaboração das políticas estratégicas de Meio Ambiente** é, em paralelo, uma medida urgente, principalmente para assegurar a necessária transparência nos processos decisórios de tais conselhos, bem como visando a fortalecer e efetivar o engajamento de toda a sociedade civil.

Já no setor produtivo, o **estabelecimento de uma política de rastreamento de produtos, erradicação do uso de agrotóxicos** (ou ao menos proibição dos sabidamente banidos no exterior) visando sobretudo à segurança alimentar e hídrica, deve ser uma prioridade para os próximos anos. O incentivo à produção orgânica e agricultura familiar será fundamental para se estabelecer uma produção associada à sustentabilidade e aos valores das populações tradicionais e indígenas.

Esta política deve contemplar a revisão dos retrocessos ambientais ocorridos na legislação vigente, que vem favorecendo uma política na qual prevalecem ações ilegais de invasão de terras indígenas, perda de direitos dos povos originários e um quadro de impactos ambientais sem precedentes na história política ambiental brasileira. Vale deixar bem claro que muitos dos impactos registrados já podem ser considerados como resultando em danos permanentes e sem recuperação; daí, o caráter de urgência que este documento procura mostrar.



Direitos Humanos

A responsabilidade precípua do Estado é **prevenir, proteger, investigar, punir e erradicar** violações de direitos humanos, alocando para isto recursos humanos e materiais, desenvolvendo políticas públicas e apoiando a construção de uma sociedade respeitosa e fraterna.

Essa dimensão das políticas se organiza nas três esferas de poder, legislativo, executivo e judiciário, e exige, por parte de autoridades destes três poderes, um grau razoável de compromisso ético, legal e político com os direitos humanos.

O que vimos nos últimos 30 anos de experiência democrática brasileira foram compromissos incompletos e limitados com a agenda de direitos humanos, o que levou ao colapso de todos os sistemas de proteção com a chegada de um governo autoritário ao executivo federal. A principal lição é não repetir os mesmos erros, e este breve documento pretende trazer três pontos específicos que podem indicar uma inovação.

1. *Política de Estado e não de governo*

A arquitetura de Direitos Humanos – desde os governos Collor de Mello, Itamar, FHC, Lula e Dilma – concentrou-se em desenhar órgãos e políticas governamentais, como a secretaria e o ministério de Direitos Humanos, o mecanismo contra a Tortura, a secretaria da Mulher, da Equidade Racial e da Criança, a comissão de Anistia, e outros, deixando pouca autonomia para criação e desenvolvimento de órgãos autônomos de Direitos Humanos, como uma Comissão Nacional Independente, um Fundo de Direitos Humanos, uma Ouvidoria, etc. O Conselho Nacional de DH, único conselho do campo criado por lei, é também o único que conseguiu se manter ativo durante os governos Temer e Bolsonaro, exatamente porque não pode sofrer restrições severas por parte do governo devido à sua autonomia. Assim, propomos (i) ampliar apoio e garantir sustentabilidade ao CNDH, (ii) criar, no modelo do Tratado de Paris, um órgão independente e plural para conduzir a política de DH, não submetido ao governo federal, (iii) propor e apoiar políticas de DH nos âmbitos legislativo – como a atualização de protocolos e a ratificação de tratados pendentes como o Acordo de Escazú – e judiciário, com o apoio à formação em DH, como a criação de uma escola de alto nível no CNJ para servidores da Justiça, de protocolos e a implementação de novos mecanismos de acesso à Justiça.

2. *Política governamental internacional*

Considerando a importância da cooperação internacional, propomos que o governo, através do Ministério de Relações Exteriores, se engaje em retomar a defesa da **igualdade de gênero** e se declare contra todas as formas de discriminação nos fóruns e agendas internacionais, posicionando o Brasil como defensor inequívoco dos direitos das mulheres, inclusive convidando para uma conferência internacional em 2025, nos 30 anos da Conferência de Pequim (1995-2025). Propomos também que retome seus compromissos e obrigações, inclusive financeiros, de apoio aos organismos internacionais, como a CIDH, pagando suas dívidas, recebendo relatorias da ONU, apoiando o funcionamento de um diálogo global em DH.

3. *Política governamental interna*

O maior desafio é repensar as políticas de reparação pelos crimes da ditadura recente, mas também pensar em processos mais longos de reparação aos massacres indígenas e de escravidão africana. Deve-se abrir este debate com a sociedade brasileira e dotar recursos para a construção de sítios de memória, museus, revisão de historiografia, bolsas de estudos, cursos, algo que possa conjugar construção de conhecimentos, compartilhamento destes conhecimentos e medidas práticas de reparação. Essas iniciativas podem levar a um novo patamar de consciência sobre desigualdades e discriminações estruturais no país, que hoje são os alicerces das graves violações de direitos humanos. Esta é uma área que recebeu apoios e contou com iniciativas nos governos FHC, Lula e Dilma, mas de forma fragmentada, sem conectar as dimensões da perseguição e violência de Estado a estes grupos vitimizados. O que se exige agora é uma racionalidade que reforme instituições ao mesmo tempo que as fortaleça, como a Funai, no combate a práticas colonialistas, e produza uma nova arquitetura de reparação de violações, colocando em marcha – de forma sustentável – uma nova consciência histórica sobre o Brasil. Isto exigirá uma outra onda de ações afirmativas, um olhar para o passado e para o futuro ao mesmo tempo. Precisamos ainda que os altos cargos do governo sejam atribuídos segundo uma perspectiva que valorize a diversidade, visando a plantar bases mais sólidas de apreço pela igualdade e de recusa às violências.

Meio ambiente, território e direitos

A ‘questão territorial’ configura um dos maiores desafios para a construção de um Brasil Novo, se assim pensamos uma sociedade mais humana e justa social e ambientalmente.

1. *Limites da cidadania (e da igualdade) como acesso ao consumo*

Políticas econômicas e sociais têm sido avaliadas a partir de indicadores que aferem a capacidade de inserção de setores da população, genericamente identificados como “os pobres”, na economia de mercado. Os sentidos de desenvolvimento e progresso contidos em tais narrativas limitam o reconhecimento da sociedade brasileira como uma sociobiodiversidade.

Não obstante importantes capítulos da Constituição Federal, programas de desenvolvimento conduzidos por diferentes governos revelaram a prevalência de um sentido “assimilacionista” de Estado-Nação que mantém visões e práticas coloniais ao conceber, por exemplo, as florestas como espaços vazios a serem incorporados ao mercado de terras; e, na mesma direção, ao invisibilizarem os povos indígenas e comunidades tradicionais pela sua submissão à categoria homogeneizada de ‘os pobres’ através dos deslocamentos compulsórios exigidos por grandes projetos de infraestrutura. O argumento geral em favor desse tipo de apropriação territorial pelo capital enfatiza a integração ao mercado através da geração de emprego e renda como o único meio de livrar esses grupos da sua *suposta* condição de miséria.

Outros efeitos dessas políticas remetem a retrocessos nos sistemas regulatórios e consequente aumento da violência e da violação dos direitos humanos nos territórios.

2. *Políticas de desmonte ambiental e social acirram a violência e a violação de direitos nos territórios*

A partir dos anos 1990, o país vivenciou a abertura de novos territórios para o avanço da soja, da mineração e demais *commodities* em detrimento de uma consistente política de reconhecimento territorial para indígenas e quilombolas. Projetos licenciados com crescentes pendências (mitigação e compensação) compõem um gradativo quadro de desregulação ambiental e conflitos socioambientais.

O movimento de desregulação se intensificou com uma agenda de propostas para a revisão sistemática de inúmeras leis e normas erigidas a partir da Constituição de 1988 e, em muitos casos, em épocas anteriores, a exemplo do Código Florestal, do Código da Mineração, do Código das Águas, das leis sobre agrotóxicos e transgênicos, dos conflitos em torno das Unidades de Conservação, das Terras Indígenas, e das terras de povos tradicionais – todos envolvendo os interesses do agronegócio, das indústrias extrativas minerais e agrícolas.

Em 2021, o Congresso Nacional aprovou uma nova lei geral para o licenciamento ambiental. Entre inúmeros problemas, a nova Lei impossibilita a análise técnica de projetos degradadores e prevê licenciamento somente para territórios indígenas homologados e terras quilombolas declaradas, o que abre caminho para ataques à maioria das terras indígenas e quilombolas ainda em trâmite para reconhecimento e regularização.

A partir de 2019, um vertiginoso processo político-institucional envolvendo desregulações e desmanches institucionais nas áreas ambiental e indígena foi instituído. Os efeitos desse processo se revelam na escalada de violência nos territórios.

Dados: O número de lideranças indígenas mortas em 2019 foi o maior em onze anos, enquanto o processo de vulnerabilização dos povos indígenas diante da Covid-19 foi objeto de denúncias na Corte Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos (CIDH), em 2020. A violência no campo, que já batia recordes no governo Temer, galopou com o governo Bolsonaro. O relatório da CPT sobre conflitos no campo, lançado no mês de abril de 2022, registra mais de 1760 ocorrências, uma média de 34 por semana. A cada 100 conflitos no campo, 73 são por terra. Em 2021, ocorreram 109 mortes em conflitos por terra e 35 assassinatos. Os Ianomamis são o povo indígena que mais sofreu com o aumento da violência embora não seja o único. O trabalho escravo também aumentou no campo em 2021. Foram registrados 169 casos de trabalho escravo rural.

As instituições de fiscalização foram esvaziadas, assim como as instituições de controle ambiental e de regulação do patrimônio histórico e cultural. Todas tiveram seus orçamentos drasticamente reduzidos ao mesmo tempo em que foram ocupadas por militares e pessoas sem qualificação técnica e profissional para as funções.

No plano internacional, a era do negacionismo do clima e da ciência parece ceder lugar a propostas de resgate do ambientalismo liberal, sobretudo com vistas aos mercados voltados para o tema da sustentabilidade climática, com ênfase na indústria de produção de energias rotuladas como tecnicamente limpas. Entretanto, esse cenário deve ser visto com cautela pelo país. Propostas como *Green New Deal* e licenças sociais para a mineração, por exemplo, pouco poderão contribuir para um projeto de Brasil Novo quando indigenizados pela lógica neocoronelista e concentradora de terras do país.

3. Os desafios

A construção do Estado-nação brasileiro por meio de políticas desenvolvimentistas inclui o controle de espacialidades que confrontam e aniquilam os modos territorializados de ser, viver e fazer dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Nos últimos quatro anos, as relações entre o Estado e as populações indígenas e tradicionais sofreram um retrocesso sem precedentes. O Estado tem violado a Constituição, os direitos humanos e vários tratados internacionais.

O desafio de se pensar um Brasil Novo, numa perspectiva progressista e humanitária, passa pela necessária compreensão acerca da intrínseca relação entre o social e o ambiental. Exige ampliar a abordagem acerca das questões distributivas, de modo a que nelas possam ser incluídas a diversidade dos povos que compõem a nação Brasileira.

A reconstrução das instituições, do marco legal, da democracia e das políticas públicas em novos moldes exige um governo que enfrente a questão territorial de frente. Que respeite a Constituição do país e os direitos específicos dos povos tradicionais e indígenas que ela assegura. Que responda igualmente aos acordos ambientais firmados internacionalmente. O princípio da justiça ambiental (que é também social) talvez possa ser um elemento central dessa nova plataforma.

Propostas de luta antirracista

1. Retomada de um órgão de primeiro escalão de governo responsável pelas Políticas de Igualdade Racial, como ministério, com orçamento próprio;
2. Desenvolvimento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial em âmbito Federal e em relação com os Estados e Municípios brasileiros;
3. Realização de Campanhas Públicas para o fortalecimento do conhecimento e aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que respectivamente obrigam o desenvolvimento do ensino da Cultura afro-brasileira e africana e Indígena, da Lei 12.711/2012 (lei de cotas nas universidades), cujos resultados devem ser acompanhados e avaliados e que necessita ter reforçado o componente de permanência dos alunos cotistas, e da Lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e, ainda, da Convenção Interamericana contra Todas as formas de Discriminação Racial e Intolerância (ratificada pelo Brasil em 2022);
4. Obrigatoriedade de desenvolvimento da educação étnico racial nos variados níveis de ensino;
5. Incremento da Cooperação Brasil-África a partir de pactuações bilaterais e multilaterais.



Segurança Pública

A SBPC, alinhada a vários segmentos da sociedade civil que atuam na área, defende que **segurança pública é um direito fundamental e condição essencial para o exercício pleno da cidadania**. E, como direito, segurança precisa se traduzir em políticas públicas que se guiem pelos princípios da transparência, da participação social, do uso do conhecimento e da Ciência para a redução de todas as formas de violência e desigualdades. Diante de tais premissas, a SBPC defende a construção de um sistema de governança da segurança pública verdadeiramente eficiente, cidadão e democrático. Entre os temas que precisam ser enfrentados, destacamos:

- Construção de uma doutrina nacional de uso potencial e concreto de força para as polícias federais, estaduais e municipais que possibilite controle profissional de desempenho, responsabilização e segurança normativa-procedimental na ação policial. Tal doutrina deve traduzir em normas domésticas os diplomas da ONU que o Brasil é signatário, circunscrever os meios logísticos e os modos táticos da ação policial com protocolos operacionais públicos e publicados, nas ações convencionais e especializadas;
- Reestruturar as carreiras policiais, cargos e salários, de modo a valorizar o profissional da ponta e incentivar mecanismos de progressão profissional por mérito e dedicação; aprimorar a formação e a qualificação técnica e implementar programas compreensivos de atenção à saúde biopsicossocial dos profissionais de segurança pública;
- Incentivar e financiar políticas de prevenção situacional e local da violência, com foco territorial e prioridade para a segurança das mulheres, da juventude negra, da população LGBTQIA+;
- Incentivar ações de controle e enfrentamento da criminalidade baseadas em novos procedimentos e tecnologias, que permitam maior rastreabilidade de armas, munições e explosivos, por exemplo;
- Elaborar uma nova política sobre drogas, que parta de uma abordagem intersetorial de redução de danos articulada com justiça, saúde e assistência social, abandonando o modelo bélico, que apenas reproduz o ciclo de violência e exclusão;

- Reorganizar a política criminal, penal e penitenciária do País, por meio de aprimoramento da gestão prisional, enfraquecimento das facções, abolição de tortura e maus tratos, racionalização do encarceramento para crimes não violentos e de unidades exclusivas jovens adultos;
- Estímulo ao intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos entre Universidades e as organizações policiais nacionais e estrangeiras, mediante a concessão de bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos congêneres;
- Estabelecer programas de Educação para a Paz, a fim de desestruturar a cultura armamentista e de incentivo à violência, nas escolas, universidades, redes sociais e meios de comunicação;
- Incentivar a transparência ativa e a prestação de contas dos órgãos de segurança pública e justiça criminal, com o uso dos portais de transparência das agências de segurança pública para divulgar metas, resultados, custeio e investimento;
- Garantir a Implementação dos dispositivos previstos na lei 14.232/2021 que institui a Política Nacional de Dados e Informações (PNAINFO) relacionadas à violência contra as mulheres, com a sistematização e publicização periódica de estatísticas produzidas pelas Polícias Civil e Militar.

Por fim, entendemos que cabe à sociedade política pressionar pela reforma nas polícias. Em 2023, o próximo presidente da República deveria se comprometer com a reforma do sistema de segurança no Brasil. Afinal, ele diz respeito à forma como o Brasil quer que sua população viva, com dignidade e em paz.

* Todos os responsáveis pelas propostas aqui contidas fazem parte do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP e, a pedido da SBPC, selecionaram tópicos da agenda institucional da entidade que são consensuais no meio acadêmico para reforço e complementariedade.

Igualdade Racial e de Gênero



Os últimos anos reafirmam o protagonismo da ciência não apenas no combate a pandemias, como para decifrar os processos que geram desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. Tal protagonismo expressa o engajamento da comunidade científica e suas associações em articular ao conhecimento rigoroso posições políticas, e, da forma mais democrática: **não se trata de fazer ciência como ideologia, mas aproveitar o conhecimento científico para subsidiar a elaboração e avaliação de políticas públicas, bem como problematizar as ideologias, o autoritarismo, o racismo, o machismo.** O acúmulo de conhecimentos, com esta abordagem crítica, referenda o desafio de tomar gênero e raça como eixos estruturais da desigualdade e salientar o potencial das políticas de equidade. Contribuições recentes também atentam para a relevância de dar visibilidade às relações sociais, aos sujeitos e às iniciativas para o combate às desigualdades, como as ações de inclusão via cotas.

Aspecto a destacar é que o debate de gênero e raça no Brasil de hoje passa por entender as ameaças recentes que as políticas afirmativas estão vivendo e, simultaneamente, olhar para um país plural que foi enunciado pela Constituição de 1988. A partir de então, houve avanços de toda uma legislação, de portarias, decretos e normas que visam combater as desigualdades raciais e de gênero. Vivemos, contudo, tempos de retrocesso que exigem resistência e, especialmente, a retomada do marco regulatório, de modo a reconhecer que não se estará começando do zero, mas a partir de um conjunto normativo elaborado ativamente pela sociedade civil e pelos organismos públicos atentos às definições da Constituição Federal.

Os movimentos feministas e, dentre eles, as acadêmicas feministas apoiaram políticas de equidade e foram ativos no combate à violência doméstica e contra a mulher, assim como pesquisas valiosas deram ênfase aos direitos relativos à sexualidade e à reprodução e ainda expressam vigor, a partir de dados coletados, na defesa da legalização do aborto. **Para uma agenda com o objetivo de projetar o futuro e a eliminação da desigualdade social, é preciso que a demanda do aborto livre seja abordada como uma questão de saúde pública:** de 100 internações para interrupção de gravidez, somente uma configura o caso previsto em lei. Proliferam mortes por falta de acesso e negligência e as mulheres que mais morrem são pretas e pardas. Esse cenário clama pela atenção ao tema do aborto, seguindo, inclusive, recentes avanços nas legislações

de outros países da América Latina, como as da Argentina e do Uruguai, ao regularem a interrupção voluntária da gravidez, ampliaram o alcance da lei, com a atenção pós-aborto e com a inclusão de homens trans. Outro tema caro à conquista de maior equidade social diz respeito a **garantir maior representação de gênero e raça na política**, ao que as pesquisas científicas podem colaborar ainda mais, com levantamentos sistemáticos e com a apreensão de informações sobre o aumento da violência política de gênero.

As contribuições de vozes indígenas, historicamente silenciadas, são fundamentais para este documento. **É preciso reconhecer os avanços na formulação de políticas públicas para o ingresso de estudantes indígenas nas universidades.** Até meados da segunda metade deste século a ampliação do debate sobre as ações afirmativas e a própria implementação da lei de cotas foram conquistas que permitiram “aldear” o ambiente do ensino, enriquecendo as perspectivas e abordagens com epistemologias vindas de um vigoroso conhecimento tradicional. Contudo, tais conquistas sofreram retrocessos que exigem rápida correção. **Antes de constituir privilégio, é preciso reafirmar a reparação histórica.** A sugestão é a de “aldear” a ciência nos seus espaços e âmbitos de pensamento, de criação, de debate e de construção de um pluralismo de ideias.

Se é correto reconhecer o que se avançou nos marcos regulatórios para o combate à desigualdade racial, como resultado da luta da comunidade negra politicamente organizada e, em especial, saudar a importância do Estatuto da Igualdade Racial, é também **necessário observar o que foi efetivamente implementado e avançar.** O Estatuto da Igualdade Racial traz no seu artigo 12º um capítulo sobre a pós-graduação e a sugestão de fomento à pesquisa em temáticas relacionadas à história e cultura afro-brasileiras, bem como ao campo de relações étnico raciais. Se tal demanda está prevista, ela ainda não se confirmou em políticas mais sistêmicas. **Foi criado no CNPq um PIBIC de ações afirmativas, contudo, ele prevê apenas 800 bolsas para todo o território nacional. Sugere-se combater a timidez de alcance deste programa, ousando massificá-lo.** Outra proposta é a de elaboração de um planejamento estratégico no campo da formação científica que possa ponderar para tantos ingressantes na Iniciação Científica o que se projeta para aqueles que possam chegar à pós-graduação. Esse planejamento estratégico poderá, também, diversificar as atividades-fins, além da docência e pesquisa, ampliando

o escopo da extensão universitária. **Sugere-se que o Plano Nacional de Pós-Graduação tome a ação afirmativa como estruturante da pós-graduação, e seja apresentada enquanto tal nas metas estabelecidas e no orçamento. Além dessa importante revisão do Plano, é preciso avançar na discussão e propor ações que venham a garantir pluralidade racial nos quadros permanentes docentes das universidades.** Para se ter uma noção da desproporção, um levantamento recente mostrou que apenas 4% dos docentes são negros.

Por fim, ou talvez como um reinício, é preciso dedicar esforços para reconstruir políticas educacionais em cenário pandêmico e na pós-pandemia. Todos os estudos e levantamentos tem indicado o enorme déficit educacional que tal cenário produziu, somado à negligência do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e dos arroubos do Executivo Federal em desviar recursos, congelar e alterar destinações do orçamento federal. Já é de conhecimento público algo que o acúmulo de conhecimento científico elabora há décadas: antes de constituir uma abstração, a desigualdade social é expressão de um tramado estrutural que articula de modo intrincado, e interseccionado, gênero, raça e classe. Assim, para combatê-la, **é prioritário o compromisso com a produção de conhecimento e com a formação de profissionais que se dediquem a desafiar os retrocessos atuais e gerem debates e soluções consistentes de justiça social.**

Mudanças Climáticas



As mudanças climáticas são um dos maiores desafios que a humanidade está enfrentando, e a Ciência é fundamental para a implementação de políticas públicas eficientes. Depois dos 50 anos de alertas da comunidade científica, desde a Conferência de Estocolmo em 1972, aparentemente governantes de vários países acordaram para a emergência climática que estamos passando. Seus impactos socioeconômicos e ambientais serão enormes e já se fazem sentir em todos os países. Os desafios científicos e de governança da questão climática exigirão enormes esforços de todos os setores de nossa sociedade.

O Brasil tem vulnerabilidades gigantescas, e isso ocorre pelas questões associadas ao nosso padrão de emissões de gases de efeito estufa, nosso sistema energético, a posição tropical do Brasil, entre outras questões. Por essas razões, e com o aumento global da temperatura, vamos ser atingidos fortemente. Temos 8.500 km de áreas costeiras, suscetíveis ao aumento do nível do mar. Temos um sistema de geração de hidroeleticidade que depende da chuva para geração de energia. Muitas de nossas cidades são especialmente mais expostas aos riscos dos eventos climáticos extremos. E temos uma população com milhões de pessoas sem as mínimas condições adequadas de moradia e com fome assolando nossa sociedade.

Entre nossas vantagens estratégicas, temos no perfil setorial das emissões de gases de efeito estufa uma única componente, com 44% das emissões brasileiras, que estão associadas com o desmatamento na Amazônia. **Na COP-26 em Glasgow, o Brasil se comprometeu a zerar o desmatamento até 2028. Temos somente 6 anos para esta tarefa, mas o Brasil já mostrou que isso é possível: reduziu o desmatamento de 28.000 km² por ano, em 2002, para 4.000 Km² por ano, em 2012.** E com isso, nosso país terá múltiplos benefícios ambientais, políticos e econômicos. Um destes benefícios é a manutenção dos serviços ecossistêmicos que a floresta amazônica nos fornece, que inclusive garante o transporte de vapor de água da Amazônia para o Brasil central e sudeste. Parcela significativa da chuva nestas regiões é associada ao transporte de vapor de água pela Amazônia, através dos chamados “rios voadores”.

A manutenção dos serviços ecossistêmicos é chave para um Brasil onde a produção de alimentos seja uma componente importante. Nosso planeta terá sérias dificuldades em alimentar 10 bilhões de pessoas em 2050, e o Brasil pode ser um importante aliado nesta questão, se fizermos a nossa

lição de casa. Entretanto, com o agravamento que estamos observando das mudanças no clima, o Brasil já está se tornando mais seco na região central e no leste da Amazônia, e com o aumento dos eventos climáticos extremos (grandes secas ou chuvas intensas), a agricultura brasileira poderá ter forte impacto em sua produtividade.

Outra vantagem estratégica que temos é que nosso país é muito privilegiado em termos de potencial de gerar energia solar e eólica. Poucos países no nosso planeta têm a disponibilidade de radiação solar e de vento quanto o Brasil. A geração eólica offshore ao longo da costa e o aproveitamento dos ventos alísios que ocorrem em toda a costa do Nordeste brasileiro têm um enorme potencial. Em termos de geração de energia solar, nosso país também é privilegiado, particularmente no Nordeste e no Brasil central, com baixa nebulosidade e alta taxa de insolação.

Precisamos de uma política energética diversificada, que permita dispensar termoeletricas caras e poluentes, em função da disponibilidade de energia eólica e solar barata e abundante. Isso traria fortes vantagens estratégicas a nosso país na questão energética. **Temos também um estabelecido programa de biocombustíveis que é único em nosso planeta. Certamente na fase de transição de combustíveis fosseis que estamos passando, ter a disponibilidade de produção de biocombustíveis é algo importante.** Temos também a possibilidade de geração de energia pela biomassa e biodiesel, onde a Ciência poderá desenvolver técnicas mais eficientes, com menores impactos ambientais e adequadas a nosso país.

A floresta Amazônica também representa uma de nossas importantes vulnerabilidades. O ecossistema já perdeu 19% de sua cobertura vegetal original, e pode estar entrando em uma transição onde a floresta tenha forte perda de biomassa, devido às mudanças no clima da região, e à pressão pela mudança do uso do solo. Vários trabalhos científicos mostram que o bioma amazônico pode ter entrado em uma situação em que se torna uma fonte de carbono para a atmosfera, pelo aumento da temperatura e redução da chuva, associadas às mudanças do clima e ao desmatamento. Esta degradação florestal já é visível em regiões de florestas não perturbadas, mas próximas às áreas desmatadas. Isso leva a questões associadas ao chamado “tipping point”, ou seja, limiares onde a floresta não tenha mais condições de realimentar o ciclo hidrológico que a sustenta. **O Painel Científico para a Amazônia resumiu as medidas necessárias para Amazônia:**

1. Zerar todo o desmatamento, degradação e fogo em toda a floresta até 2030;
2. Aplicação de políticas amplas de restauração, reflorestamento e regeneração do sul da Amazônia;
3. A necessidade de criação de uma nova bioeconomia na região, com a manutenção das florestas em pé.

Temos que sair de atividades focadas na criminalidade, invasões ilegais de terras públicas e indígena se incentivo ao garimpo ilegal, e construir uma *biossocioeconomia* que possa beneficiar os 20 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia, bem como todo o País.

O Brasil tem 8.500 Km de áreas costeiras, muito vulneráveis ao aumento do nível do mar. Com as previsões dos modelos climáticos analisados pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), de um aumento médio global de 0.7 a 1 metro nos níveis dos mares, várias importantes cidades brasileiras, como Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro e outras podem sofrer impactos importantes do aumento do nível do mar. Várias regiões do Nordeste brasileiro já observam aumento da erosão marinha. Ainda desconhecemos a nossa “Amazônia Azul”, uma área marinha com 4,5 milhões de km² e suas potencialidades econômicas e ambientais. **É fundamental a aprovação da Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro, conhecido popularmente como Lei do Mar, e reforçar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), com a criação de mais unidades de conservação costeiras e marinhas.**

Recentemente vimos os impactos dos eventos climáticos extremos atingirem em cheio nosso país. Desastres como os deslizamentos em Petrópolis e Paraty, chuvas intensas em Minas Gerais e Bahia, e a seca de 2021 no Brasil Central soaram o alarme de nossa vulnerabilidade aos eventos climáticos extremos. Os maiores afetados são a população de baixa renda, que não tem programas eficientes de moradia segura, e ficam vulneráveis em áreas de encostas de morros. **O Brasil também tem que aprimorar e fortalecer as defesas civis de todos os estados e municípios, mapeando as áreas de risco, movendo a população que ocupa estas áreas.**

Os principais institutos federais de pesquisas na Amazônia (INPA, MPEG, Mamirauá) foram desmantelados ao longo dos últimos anos, com fortes cortes no orçamento que impedem seu funcionamento regular, adicionado à falta de renovação de pessoal técnico-científico. O mesmo ocorre com as universidades federais da região amazônica, que estão sem recursos para desenvolver uma agenda de sustentabilidade na região. Órgãos essenciais para o desenvolvimento de uma agenda de sustentabilidade no Brasil, como o INPE, também têm sido sistematicamente atacados e com seus orçamentos fortemente reduzidos.

O Brasil tem compromissos importantes em relação às mudanças climáticas, que foram assinados no Acordo de Paris e na COP-26 em Glasgow. Entre esses compromissos, temos:

- Zerar o desmatamento até 2028;
- Reduzir emissões em 50% até 2030 (baseadas em 2005);
- Reduzir em 30% as emissões de metano até 2030;
- Implementar políticas de energias renováveis, reflorestar 12 milhões de hectares, entre outros compromissos.

Faltam os mecanismos para implementação destas metas, seus custos financeiros e o arcabouço legal para que a sociedade possa cobrar estas metas.

É evidente que o Brasil tem que enfrentar suas vulnerabilidades e aproveitar as vantagens estratégicas que temos. **Precisamos de políticas de Estado** (não de um particular governo), visando ao cumprimento das medidas necessárias para que o Brasil enfrente o desafio das mudanças climáticas, possa atingir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e construir uma sociedade sustentável, com menos desigualdades sociais e mais resiliente às mudanças climáticas.



Cultura

O Brasil é um dos países mais desiguais em capital cultural, na capacidade das pessoas de processar e dar sentido ao conhecimento. É necessário um olhar à cultura para além dos conceitos eruditos, respeitando todas as suas formas e origens, principalmente a popular. E o Estado tem uma responsabilidade intransferível, que não compete com a responsabilidade da área privada e nem com a importância decisiva da sociedade organizada. Essa tarefa do Estado é muito específica: criar o melhor ambiente possível para o desenvolvimento cultural.

Isso se faz por meio de uma política de fomento poderosa, de incentivo e financiamento. Também se faz por meio de uma regulação democrática, que impeça distorções de todas as áreas, como monopólios e desequilíbrios regionais, e que apoie as iniciativas da sociedade, no sentido de garantir o amplo desenvolvimento e acesso à cultura.

Cabe ao novo Governo que ingressar no próximo ano a responsabilidade de enfrentar as mazelas históricas do País. Pensar o sistema de financiamento, de maneira que ele seja claramente destinado a uma população que não tenha possibilidade de acesso a esse conhecimento, ou seja, um sistema de financiamento no qual a capacidade dos fundos de cultura ou dos investimentos em cultura seja claramente destinada à população mais vulnerável.

Nesse panorama, é urgente a reconstrução do Ministério da Cultura e das políticas que estavam sob sua responsabilidade. Somente a reconstrução desse Ministério, extinto em 2019, e a reestruturação das políticas de desenvolvimento e acesso às artes poderão fazer o Brasil evoluir culturalmente.

Para tanto, elencamos abaixo as prioridades para promover a cultura no Brasil, para todos os brasileiros:

1. Reconstituição de seu Ministério, dada a relevância da área;
2. Interlocução forte com o MEC, fazendo educação e cultura colaborarem mutuamente, de forma constante e para além dos muros da escola;
3. Ênfase em 3 pontos essenciais da cultura:
 - 3.a Estímulo à criação artística e literária;

- 3.b Fortalecimento da divulgação e do acesso à cultura, a começar pelas escolas e pelas artes em que a reprodutibilidade é mais fácil; exemplo de cineclubes, com apresentação de filmes junto com explicação e seguida de debate;
- 3.c Preservação do acervo cultural existente no Brasil, sendo também aberto ao público na medida do possível, com intenso investimento dos museus em educação e interatividade.
- 4. Revisão da lei de incentivo à cultura, aumentando a atuação dos comitês na avaliação da qualidade dos projetos submetidos e de seu impacto social;
- 5. Respeitar os seguintes princípios, entre outros:
 - 5.a Valorizar todas as culturas, tanto a erudita quanto a popular;
 - 5.b Entender o papel crucial da cultura para enfrentar as mazelas históricas do País, como a escravidão, a violência contra os indígenas e os povos ribeirinhos e o desnível social, para assim remodelar as políticas federais;
 - 5.c Criar o melhor ambiente possível para o desenvolvimento cultural, por meio de uma política de fomento poderosa, de incentivo e financiamento, bem como uma regulação democrática, para impedir distorções de todas as áreas, como monopólios e desequilíbrios regionais, e para apoiar as iniciativas da sociedade, no sentido de garantir desenvolvimento e acesso de todos à criação e acesso culturais.



Questão Indígena

A Constituição de 1988 e as convenções internacionais a que o Brasil aderiu garantiram aos indígenas uma legislação de que o país pode se orgulhar. Mas não garantiu a sua observância. **O que se requer de um novo governo é, antes de tudo, essa observância:**

- que a União exerça efetivamente seu dever de proteção das terras indígenas, respeitando os direitos originários que elas têm, e que independem de sua demarcação;
- que complete a demarcação dessas terras para melhor proteção; que realize a desintrusão efetiva de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros, grileiros e invasores de terras indígenas em geral, que cumpra com celeridade as decisões da justiça nessa direção;
- que respeite de boa fé o direito de consulta prévia livre e informada diante de iniciativas que os afetem, respeitando seus protocolos de consulta;
- que se retome a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Gestão de Terras indígenas, o PNGTI;
- e que os povos indígenas recuperem suas representações em órgãos colegiados que os concernem e participem do desenho e execução das políticas públicas que lhes são dirigidas.

Em 14 de Abril de 2022, no âmbito do Acampamento Terra Livre em Brasília, a APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, publicou o documento “Pontos para uma plataforma indígena de reconstrução do Brasil”, com propostas muito bem formuladas em torno de 5 eixos: Direitos Territoriais Indígenas, demarcação e proteção já; Retomada dos Espaços de Participação e controle social indígenas; Reconstrução de políticas e instituições indigenistas; Interrupção da agenda anti-indígena no Congresso; e Agenda Ambiental (<https://apiboficial.org/2022/04/14/atl-2022-povos-indigenas-unidos-movimento-e-luta-fortalecidos/>).

Povos isolados

De todos os povos indígenas, os mais vulneráveis são os chamados “isolados”. Seus territórios e sua saúde requerem conhecimentos, cuidados e técnicas especiais. Desde 1987, a política tem sido de respeito a seu isolamento voluntário. Um contato não desejado pode levar à dizimação de todo um povo. Para sua proteção, o Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou em 2020, uma resolução da maior importância, endossada pela COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

Proposta 1: Aplicação plena da Resolução n. 44/2020 do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que dispõe sobre princípios, diretrizes e recomendações para a garantia dos direitos humanos dos povos indígenas isolados e de recente contato, construída com a participação de representantes e organizações indígenas, disponível para consulta no link: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/2100#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20princ%C3%ADpios%2C%20diretrizes%20e,e%20bem%2Destar%20desses%20povos>.

Proposta 2: Implementação da Portaria Conjunta n. 4094/2018 do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional do Índio, que define princípios, diretrizes e estratégias para a atenção à saúde dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, disponível no link: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57220459.

Proposta 3: Participação efetiva dos povos indígenas e de suas organizações nos processos de decisão que ocorrem no âmbito dos órgãos públicos responsáveis pela efetivação dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato.

N.B. Na esteira dos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips no Vale do Javari, a APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil –, entrou em 29 de junho de 2022 no Supremo Tribunal Federal com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 991) em que detalha as medidas imprescindíveis que a União deve tomar para assegurar a proteção eficaz dos povos isolados e de recente contato da Amazônia. Todas elas são também propostas para o novo governo.

Saúde

Doenças transmissíveis e doenças crônicas não transmissíveis presentes entre os povos indígenas são agravadas pelo baixo acesso a políticas públicas como saneamento, educação, segurança alimentar, entre outras, mas particularmente pelos graves impactos na saúde decorrentes das invasões territoriais, desmatamentos e outras violações de direitos.

Os marcos da atual política de saúde indígena subsidiam esse direito à saúde diferenciada dos povos indígenas com destaque para a:

- Lei 9.836/99 que orienta “ações e serviços de saúde voltados para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional, coletiva ou individualmente” e institui o “Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde – SUS, terá como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas”;
- A Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASPI), de 2002, que aponta as diretrizes do modelo de atenção como a atenção diferenciada e articulação com sistemas médicos indígenas, e o controle social indígena, mas que precisa de revisão e atualização, de forma participativa;
- Criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), em 2010, como coordenadora do planejamento, execução e avaliação da PNASPI e da atuação dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas; responsável pela articulação e integração com a rede SUS; fortalecimento do controle social indígena. Em início de 2019, houve uma tentativa de extinção da Sesai.

Propostas para novo governo para fortalecer a política de saúde indígena:

- Cessar os ataques aos direitos indígenas e ambientais que trazem prejuízo à saúde dos povos indígenas. Entre eles, o PL dos agrotóxicos, Pl grilagem, o PL 490, PL 191. O ambiente, água e alimentação saudáveis são direitos dos povos indígenas;
- Manter e ampliar o financiamento da saúde indígena;

- Combater o racismo que afeta os indígenas nos serviços de saúde;
- Fortalecer a agenda do direito à alimentação e políticas intersetoriais de segurança alimentar, construídas junto e desde a perspectiva dos povos indígenas;
- Ampliar, qualificar e dar transparência na produção de informações sobre a população indígena, e integrar o SIASI com os demais sistemas de informações do DATASUS;
- Fortalecer a Sesai na interlocução e articulação com demais instâncias gestoras, particularmente Conass e Conasems;
- Elaborar projeto de lei para regulamentação do controle social indígena, garantindo o controle de conflitos de interesses, a participação das organizações indígenas e indigenistas, e mecanismos próprios de participação política nos Conselhos e Conferências (desburocratização), e garanta a construção coletiva e pública do Plano Distrital; Fortalecimento da CISI como instância de diálogo com o Conselho Nacional de Saúde, inserção de representantes nos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde;
- Acabar com urgência com a precarização da força do trabalhador da saúde indígena. A tendência da privatização deve ser combatida. Deve-se qualificar a gestão da Sesai e dos DSEI;
- Regulamentar o trabalho e a formação dos Agentes Indígenas de Saúde e de Saneamento, com elevação de escolaridade e profissionalização de nível técnico;
- Investir em pesquisas sobre saúde dos povos indígenas, particularmente com pesquisadores indígenas. Ampliar as ações afirmativas em cursos de graduação e pós-graduação na área da saúde, incluindo a revisão de conteúdo e metodologias nos currículos para incluir a temática de direitos e saúde indígenas.

Educação indígena

Principais Marcos legais:

Constituição Federal de 1988

Art. 210 – Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

& 2 – O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 – Lei n. 9.394

Artigo 78 – O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Artigo 79 – A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

Convenção 169/OIT (Organização Internacional do Trabalho) – Decreto nº 5.051/2004:

Artigo 26 – Deverão ser adotadas medidas para garantir aos membros dos povos em questão a oportunidade de receberem educação em todos os níveis, ao menos em condições de igualdade com o restante da comunidade nacional.

Artigo 27 – Os programas e os serviços de educação destinados a esses povos deverão ser desenvolvidos e implementados em cooperação com eles, a fim de atender às suas necessidades particulares, e deverão incorporar sua história, seus conhecimentos e técnicas, seus sistemas de valores e todas as suas demais aspirações sociais, econômicas e culturais.

&3 – Além disso, os governos deverão reconhecer o direito desses povos de criarem suas próprias instituições e instalações de educação, contanto que essas instituições satisfaçam às normas mínimas estabelecidas pela autoridade competente em consulta com esses povos. Deverão ser proporcionados os devidos recursos para esse fim.

As propostas para uma educação escolar indígena que atenda os direitos, as demandas e os projetos de futuro do bem viver dos povos indígenas podem ser resumidos da seguinte forma:

1. Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena;
2. Territórios Etnoeducacionais;
3. Fundo Específico para a Educação Escolar Indígena;
4. Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena;
5. Secretaria Nacional de Educação Escolar Indígena;
6. Criação de PluriUniversidade Indígena;
7. Prorrogação da Lei das Cotas – Lei 12.711/2012;
8. Programa Nacional de Bolsa Permanência no Ensino Superior (graduação e pós-graduação) para indígenas e quilombolas (Criação por Lei);

9. Política Nacional de Formação de Professores Indígenas com financiamento específico e adequado e garantia de formadores específicos, ampliando vagas e criando novos cursos de Pedagogia e de Licenciaturas Interculturais nas Universidades Públicas e nos Institutos Federais;
10. Programa Nacional de Apoio a Infraestrutura, Transporte e Alimentação Escolar com financiamento específico e modelos administrativos apropriados;
11. Transformação do projeto Ação Saberes Indígenas na Escola em uma Política Pública Nacional Estruturante e Permanente de formação continuada de professores indígenas e produção e publicação de material didático específico (bilingues/multilingues) com recursos financeiros adequados para sua execução;
12. Criação das categorias de Escola Indígena e Professor Indígena, regulamentação dos planos de cargos, carreiras e salários e realização de concursos públicos específicos e diferenciados para professores indígenas, respeitando a Lei do Piso Salarial Nacional, por todos os sistemas de ensino que trabalham com redes de escolas indígenas no País;
13. Realização periódica de Censo Nacional da Educação Escolar Indígena específica;
14. Programa Nacional de Apoio à Elaboração de Projetos Políticos-Pedagógicos Indígenas – PPI de todas as escolas indígenas do Brasil que garantam a execução dos currículos e calendários escolares próprios, elaborados pelas escolas e comunidades indígenas, de acordo com as suas especificidades e contextos sociolinguísticos, culturais, territoriais e ambientais;
15. Programa Nacional de Ampliação da Oferta da Educação Básica, especialmente o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos, integrados à Educação Profissional e Tecnologias nas comunidades e aldeias indígenas, bem como em contextos urbanos e em terras em processo de demarcação ou em situação de litúgio;

16. Programa Nacional de Acesso às Novas Tecnologias, com cursos de inclusão digital e de tecnologias educativas, além de estrutura física adequada para todas as escolas, anexos, núcleos e extensões, por meio da instalação e manutenção de laboratórios científicos e de informática com acesso à internet de boa qualidade nas escolas indígenas, bem como equipamentos com memória suficiente para apoiar a documentação digital e a prática pedagógica diferenciada.

The logo consists of the letters 'SB' stacked above 'PC' in a bold, white, sans-serif font, enclosed within a dark grey square.

**SB
PC**

Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

www.sbpnet.org.br